

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0582024	Data de Abertura: 25/11/2024 às 09h00min
Site: www.licitanet.com.br (Sistema do Licitanet)	

OBJETO			
A presente licitação compartilhada tem como objeto o registro de preços para, futura e eventual, contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica com fornecimento de material e mão de obra para a elaboração de dimensionamento, projeto básico, projeto executivo de sistema de geração de energia fotovoltaica, com garantia de funcionamento, abrangendo, também, a execução de obras e serviços, instalações de equipamentos e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, conforme especificações descritas neste edital e seus anexos.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			
R\$ 137.170.997,69 (cento e trinta e sete milhões cento e setenta mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta e nove centavos)			
Registro de Preços	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO	GLOBAL
Participação de empresas ME/EPP		Reserva Cota ME/EPP	Exige Amostra
Sim		NÃO	Não
Prazo para envio da proposta/documentação			
Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro			
OBSERVAÇÕES GERAIS			
A disputa dar-se-á pelo ABERTO E FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO estabelecido neste Edital.			
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS			
Até 20/11/2024 para o endereço licitacao@ciapra.ba.gov.br			
IMPUGNAÇÕES			
Até 20/11/2024 para o endereço licitacao@ciapra.ba.gov.br			
 CARLOS BENEDITO GUIMARÃES DA SILVA Pregoeiro Decreto nº 014/2021 de 30 de agosto de 2021			

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	16
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	16
11. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇO.	17
12. DOS RECURSOS.....	17
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

**EDITAL Nº 0582024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0582024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0582024**

O Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul – CIAPRA Baixo Sul, por meio de seu pregoeiro, designado pela Portaria Nº 012/2021 de 12 de maio de 2021, torna público que realizará a Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Acolhimento das propostas de preços: das 08h:00min do dia 11/11/2024 até as 08h:59min do dia 25/11/2024 (horário de Brasília).

Data da Abertura das propostas: Às 09h00min do dia 25/11/2024.

Data da disputa de preços: 25/11/2024 HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília).

Local: www.licitanet.com.br.

Pregoeiro: Carlos Benedito Guimarães da Silva

E-mail: licitacao@ciapra.ba.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação compartilhada tem como objeto o registro de preços para, futura e eventual, contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica com fornecimento de material e mão de obra para a elaboração de dimensionamento, projeto básico, projeto executivo de sistema de geração de energia fotovoltaica, com garantia de funcionamento, abrangendo, também, a execução de obras e serviços, instalações de equipamentos e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, conforme especificações descritas neste edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Licitanet (www.licitanet.com.br)
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu fornecimento ou serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de fornecimento ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 8.11.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor Global.

- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Edital.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar na sua responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor Global.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.21.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Tratando-se de licitação em grupo ou Grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos, indicados neste edital, como critério de aceitabilidade.
 - 6.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de grupo ou qualquer outro motivo.
 - 6.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.22.6.1. Deverá ser encaminhado junto à proposta de preços realinhada, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:**
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semiintegrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;**
- 7.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.**
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de (10%) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autêntica.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.8. O licitante deverá apresentar **declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pelo Consórcio data e horário exclusivos, a ser agendado licitacao@ciapra.ba.gov.br e ciapra@ciapra.ba.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 8.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.9. A habilitação será verificada por meio dos documentos apresentados no sistema do Licitanet.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**
- 8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- 8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Projeto Básico e seus anexos, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇO.

- 11.1. Participam deste Registro de Preços, todos os Entes Consorciados ao CIAPRA Baixo Sul, quais sejam: Prefeitura Municipal de Cairu; Prefeitura Municipal de Camamu; Prefeitura Municipal de Gandu; Prefeitura Municipal de Ibirapitanga; Prefeitura Municipal de Igrapiuna; Prefeitura Municipal de Ituberá; Prefeitura Municipal de Nilo Peçanha; Prefeitura Municipal de Pirai Do Norte; Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves; Prefeitura Municipal de Taperoá; Prefeitura Municipal de Teolândia; Prefeitura Municipal de Valença; e Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do www.licitanet.com.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 13.1.5. fraudar a licitação
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. advertência;
 - 13.2.2. multa;
 - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, seja por e-mail: licitacao@ciapra.ba.gov.br ou por meio da Plataforma no sítio www.licitanet.com.br.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do Licitanet.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do município, www.ciapra.ba.gov.br.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 15.11.1. ANEXO I – Projeto Básico
 - 15.11.1.1. Apêndice (A) – Composição de BDI (fornecimento de materiais)
 - 15.11.1.2. Apêndice (B) – Composição de BDI (Obras de rede de energia)
 - 15.11.1.3. Apêndice (C) – Cronograma Físico
 - 15.11.1.4. Apêndice (D) – Especificações Técnicas
 - 15.11.1.5. Apêndice (E) – Planilha Orçamentária
 - 15.11.1.6. Apêndice (F) – Composição de Custos Auxiliares
 - 15.11.1.7. Apêndice (G) - Matriz de Risco
 - 15.11.1.8. Apêndice (H) – Proposta Comercial
 - 15.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 15.11.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato
 - 15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração Conjunta

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

Ituberá - Ba, 08 de novembro de 2024.

Leandro Luiz Ramos Santos

Diretor Executivo

CIAPRA Baixo Sul

EDITAL N° 0582024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 0582024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0582024

ANEXO I – PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Definição

Constitui objeto da presente licitação compartilhada o registro de preços para, futura e eventual, contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica com fornecimento de material e mão de obra para a elaboração de dimensionamento, projeto básico, projeto executivo de sistema de geração de energia fotovoltaica, com garantia de funcionamento, abrangendo, também, a execução de obras e serviços, instalações de equipamentos e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, conforme especificações descritas neste edital e seus anexos.

1.2. Natureza do Objeto

Os Serviços são de natureza comum de engenharia, pois possuem padrões de desempenho e qualidade, de manutenção e adequação objetivamente definidos neste Projeto Básico e seus anexos, além de não descaracterizar as características dos bens imóveis ou móveis onde serão instalados. Nos termos do Art. 6º, inciso XXI, alínea a.

1.3. Quantitativos

As quantidades serão detalhadamente apresentadas no Apêndice (E)- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, que compõe este projeto básico.

1.4. Prazo de vigência e Prorrogação

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. Adesão à Ata de Registro de Preços (Carona)

A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual que não tenha participado do certame licitatório, observado os requisitos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os municípios brasileiros passam por um momento de intensa busca pela eficiência no uso dos recursos disponíveis, isto inclui a elaboração de planejamento estratégico em diversas áreas da gestão e na necessidade de uma visão voltada para a análise quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à população.

2.2. Desta forma a busca pela eficiência tem obrigatoriamente que apresentar soluções atualizadas acerca do uso dos recursos naturais e da visão de compromisso com o meio ambiente, assim, a energia elétrica, o uso inteligente das tecnologias de geração, assim como a substituição por equipamentos

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

elétricos mais eficientes é uma questão de compromisso com o futuro.

2.3. O objetivo da contratação é a construção de usinas de geração fotovoltaica, incluindo os elementos básicos para a construção e manutenção dos geradores construídos.

2.4. Os valores referências foram obtidos a partir de informações do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi) nos itens pertinentes à esta atividade;

2.5. A partir de informações em sítios públicos de produtos similares;

2.6. Para composição do BDI será considerada a alíquota de ISSQN de 5% (cinco) por cento, considerando 30% da obra como serviço e o restante como equipamentos sujeitos às cobranças da legislação e regulamentos existentes, as eventuais variações em função da legislação tributária do município em execução poderá ser alvo de reequilíbrio econômico-financeiro visando ajustar o BDI à realidade do respectivo ISSQN, mantendo-se a paridade percentual/alíquota entre ambos.

2.7. A estimativa da quantidade a ser contratada, está detalhada no ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, e foi desenvolvida a partir da seguinte metodologia:

2.7.1. Levantamento do consumo e demanda em kWh de cada município;

2.7.2. Despesas registradas no TCM-BA com o custeio de energia elétrica;

2.7.3. Seccionamento das despesas em dois grupos – Prédios públicos e Iluminação pública; para efeito de análise de viabilidade econômica.

2.7.4. Dimensionamento da potência necessária para o atendimento de cada município consorciado.

2.7.5. Órgãos Participantes - Municípios consorciados ao CIAPRA no momento do certame:

- ✓ Valença
- ✓ Cairú
- ✓ Taperoá
- ✓ Nilo Peçanha
- ✓ Presidente Tancredo Neves
- ✓ Teolândia
- ✓ Ituberá
- ✓ Piraí do Norte
- ✓ Gandú
- ✓ Wenceslau Guimarães
- ✓ Igrapiúna
- ✓ Camamu
- ✓ Ibirapitanga

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. As seguintes etapas serão necessárias para o desenvolvimento e entrega do objeto:

3.1.1. Elaboração de projeto básico para o dimensionamento dos itens, em relação ao prédio público ou terreno, escolhido para receber a usina fotovoltaica.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 3.1.2. Elaboração de projeto executivo para a construção da usina fotovoltaica;
 - 3.1.3. Protocolo de solicitação de viabilidade de conexão com a rede da concessionária;
 - 3.1.4. Apresentação da resposta de viabilidade emitido pela concessionária de energia elétrica;
 - 3.1.5. Submissão à análise e aprovação de projeto executivo e outros documentos;
 - 3.1.6. Solicitação de orçamento de obras de conexão junto a concessionária conforme estabelecido na norma de conexão;
 - 3.1.7. Fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra especializada;
 - 3.1.8. Transporte e armazenamento dos equipamentos e materiais para o local das instalações;
 - 3.1.9. Adequação do padrão de entrada de energia, de acordo com as normas estabelecidas pela concessionária local;
 - 3.1.10. Elaboração de laudo técnico estrutural do telhado a ser instalado o sistema; ou análise e estudo do solo que será instalado o sistema fotovoltaico;
 - 3.1.11. Instalação de infraestrutura de rede para no ponto de instalação dos inversores para monitoramento remoto, a partir de ponto de acesso disponibilizado pelo município;
 - 3.1.12. Construção de abrigo para os equipamentos, inversores, string boxes e demais equipamentos necessários;
 - 3.1.13. Conexão da rede CC – Corrente contínua com a rede CA – Corrente alternada;
 - 3.1.14. Instalação, montagem e configuração de todos os componentes necessários para o pleno funcionamento da usina adquirida;
 - 3.1.15. Teste e comissionamento das instalações;
 - 3.1.16. Solicitação de vistoria, recebimento e conexão com a concessionária;
 - 3.1.17. Treinamento e capacitação dos sistemas instalados;
 - 3.1.18. Garantia dos serviços e operação assistida pelo prazo não inferior de 90 (noventa) dias após a conexão com a rede da concessionária;
 - 3.1.19. Entrega de toda documentação técnica, como: projetos, manuais, certificados de garantia, datasheets e plano de manutenção preventiva e corretiva.
- 3.2. Por se tratar de serviços em obras comuns de engenharia, as normativas técnicas deverão ser obedecidas, especialmente aquelas previstas na NBR, normas de conexão da concessionária, ABNT, e na legislação reguladora Federal, a saber LEI 14.300/2021.
- 3.3. Os materiais devem obedecer aos critérios estabelecidos neste edital, buscando a maior eficiência, o atendimento as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO é inegociável
- 3.4. O gerador deverá ser composto por equipamentos com perfeita aderência entre eles, ademais os

¹ Lei 14.300/2022 - Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); altera as Leis n°s 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

módulos instalados deverão ser da mesma marca e modelo, com as mesmas características elétricas e mecânicas.

3.5. Serão exigidas as seguintes garantias:

3.5.1. Serviços – 01 (um) ano;

3.5.2. Inversores – 10 (dez) anos

3.5.3. Módulos – 15 (Quinze) anos

3.5.4. Baterias – 5 (Cinco) anos

3.5.5. Deve ser ofertado treinamento à equipe do município, tanto a técnica quanto a de gestão, no que diz respeito a manutenção, operação e avaliação de desempenho.

3.5.6. Operação assistida dos equipamentos por 90 (noventa) dias após a conexão com a rede da concessionária.

3.6. Prazo máximo de instalação previsto será de 120 (cento e vinte) dias para microgeração, 180 (cento e oitenta) dias para a minigeração, e 240 (duzentos e quarenta) dias para sistemas com armazenamento.

4. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

4.1. A participação em consórcio é permitida, desde que observado quanto disposto no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

5. SUBCONTRATAÇÃO

5.1. A subcontratação poderá ocorrer nos termos do Art. 122, da Lei 14.133/2021, respeitado o limite máximo de 25% (vinte e cinco) por cento.

6. DA GARANTIA E DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. As garantias dos equipamentos e serviços são os constantes no item 3.6 deste instrumento.

6.2. As garantias de execução do contrato deverão obedecer ao disposto no Art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021 com validade durante a execução do contrato e em percentual de 5% (cinco) por cento do valor total de cada contrato firmado com os Entes participantes.

6.3. No prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 45 (quarenta e cinco) dias o contratado deverá apresentar a garantia contratual nos termos indicados acima.

6.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas, conforme disposto nos incisos I e II do art. 137 da Lei 14.133/2021.

6.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida o pagamento de:

6.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.5.2. Prejuízos diretos causados à administração decorrentes de culpa ou dolo durante a

execução do contrato;

6.5.3. A garantia em dinheiro será depositada em conta apontada pela administração, com correção monetária;

6.5.4. Será considerada extinta a garantia: com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

6.5.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.5.6. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista neste edital e no contrato.

7. MODELO DE EXECUÇÃO E INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

7.1. A demanda dos serviços é meramente estimativa, e foram realizadas através das solicitações e consultas para este serviço aos municípios consorciados na atuação do CIAPRA, podendo haver a adesão de todos os municípios ou somente alguns municípios que demandarem os serviços.

7.2. Para melhor subsidiar as empresas interessadas, na elaboração de sua proposta, o projeto básico compõe o conjunto de elementos necessários e suficientes, para a precificação dos serviços propostos.

7.3. Nos preços, deverão ser contemplados todos os materiais necessários, equipamentos e mão de obra, além dos custos e despesas, diretas e indiretas, a eles não se limitando a salários, remunerações, impostos, taxas, honorários, encargos trabalhistas e securitários, ferramentas, instrumentos, combustíveis, lubrificantes, operadores, manutenção, miscelâneas, incluindo ainda despesas com transporte, alimentação e hospedagem.

7.4. O valor oferecido pelos proponentes não poderá ser superior ao valor unitário de referência indicado pelo CIAPRA, e nem superior ao valor total do certame, sob pena de desclassificação da proposta

7.5. É importante que o licitante preveja todos os custos pertinentes a sua infraestrutura de mão de obra necessária para execução dos serviços, tais como:

- Mobilização;
- Desmobilização;
- Administração direta e indireta;
- Canteiro de obras - aluguel, energia elétrica, água, telefone, internet, etc
- Segurança na obra – técnico de segurança, materiais para sinalização (cones, fitas, cavaletes, passadiços de pedestres e veículos no caso de travessias de vias), EPIs, EPCs, etc.;
- Engenheiro residente;
- Equipe operacional essencial para execução dos serviços propostos;

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- Encarregados;
- Eletricistas e seus ajudantes;
- Motoristas;
- Operadores de guindauto/Munck;
- Treinamentos, exigidos pelas Normas regulamentadoras;
- Acomodação da equipe operacional
- Veículos leves e pesados necessários a plena execução dos serviços;
- Demais custos pertinentes à estrutura

7.6. Fornecimento de todos os materiais necessários a execução que devem ser da melhor qualidade e obedecer às especificações das ABNT; responsabilizar se pelos custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização e destinação.

7.7. Fornecimento de todos os equipamentos necessários a execução total dos serviços propostos. Estes devem estar em plena condição de utilização, quando exigidos, com seus os laudos de manutenção, calibração ou ensaios atualizados

7.8. Eventuais dúvidas quanto a aspectos que envolverem qualquer decisão técnica sobre o fornecimento deverão ser resolvidas junto à CONTRATANTE, quando da elaboração da proposta técnico- comercial.

7.9. Deverão ser observadas as especificações técnicas, Planilhas e Apêndices deste termo, para que o proponente mensure o total dos custos envolvidos na execução do objeto.

7.10. Os serviços serão prestados nas áreas de interesse dos Municípios e seus distritos na região de abrangência do CIAPRA.

7.11. Os municípios consorciados atualmente no CIAPRA são os constantes na relação de órgãos participantes neste documento.

7.12. Considerando a diversidade de demandas dos municípios, mas em contraponto a necessidade de eficiência, as ações envolverão o planejamento e realização de programas completos ou implantação de medidas específicas para ganho de eficiência na geração de energia elétrica, compreendendo as seguintes etapas ou atividades em ordem cronológica:

7.12.1. Diagnóstico preliminar das melhores soluções para o aumento da eficiência na geração de energia elétrica, suportados por análises de viabilidade econômica e financeira;

7.12.2. Confecção do projeto básico de engenharia, com base nas especificações técnicas trazidas pelo anteprojeto, que contenha os elementos necessários, suficientes, e com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto da licitação;

7.12.3. Confecção do projeto executivo de engenharia para a implantação dos programas ou medidas de eficiência;

7.12.4. Aporte de capital próprio ou captação de financiamento para os investimentos necessários na implantação da solução completa ou das medidas específicas para a obtenção de maior eficiência

de geração nas instalações;

7.12.5. Execução das obras, melhorias e reformas nas instalações e nos processos, objetivando alcançar melhor eficiência na geração de energia, e, sempre que necessário, complementando as intervenções técnicas com treinamento de operadores e conscientização dos usuários das instalações;

7.12.6. E, durante a operação assistida prover a realização de medições e verificações para determinação das economias proporcionadas pelo investimento de eficiência implementado ou pelas medidas implantadas em benefício contratante;

8. DOS PRAZOS

8.1. Para a execução das obras de instalação e montagem eletromecânica de sistemas de geração de energia por fonte Solar fotovoltaica a contratada deverá elaborar o projeto elétrico executivo, além de submetê-lo a análise e aprovação da Concessionária. As obras serão solicitadas conforme as demandas dos municípios e os prazos para execução serão contados a partir de 3 (três) dias da ordem de serviço emitida pelo CIAPRA. O cronograma físico se encontra detalhado neste documento na forma de APÊNDICE que o integra para todos os efeitos de lei (APÊNDICE - CRONOGRAMA FÍSICO).

8.1.1. Os serviços serão executados conforme o cronograma físico-financeiro estabelecido no Apêndice (C). Fica estabelecido que, em caso de antecipação de etapas previstas no cronograma, os pagamentos poderão ser antecipados proporcionalmente, desde que as etapas sejam devidamente concluídas, certificadas pela fiscalização e aceitas pelo órgão contratante.

9. MODELO DE GESTÃO

9.1. O contrato, quando firmado, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

9.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8. O fiscal deverá, ainda, acompanhar os relatórios diário de obras, que deverão ser enviados ao e-mail: ciapra@ciapra.gov.br.

9.9. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

9.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

9.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

serviços, nos termos abaixo.

- 10.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 10.3. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 10.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 10.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 10.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 10.7. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 10.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 10.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 10.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 10.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11. DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 11.1. O período apurado para medição deverá ser de até 30 dias, podendo ser reduzido desde que em conformidade com o cronograma físico-financeiro da obra/serviço a ser realizada;
- 11.2. A medição será enviada ao CONTRATANTE, por meio eletrônico ou físico e entregue ao fiscal do contrato, com cópia ao gestor do contrato;
- 11.3. O prazo para envio da medição será entre o dia 10 e o dia 20 do mês posterior ao fechamento do período a que se refere a própria medição;

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 11.4. O prazo para análise da medição pelo fiscal do contrato será de 5 dias úteis contados da data do envio da medição.
- 11.5. Somente serão medidos os serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta vencedora;
- 11.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 11.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o seguinte prazo para fins de pagamento:
- 11.7.1. Em até 30 (trinta) dias úteis na hipótese do contratante ser o CIAPRA;
- 11.7.2. Em até 30 (trinta) dias corridos na hipótese do contratante ser o Município;
- 11.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 11.8.1. o prazo de validade;
- 11.8.2. a data da emissão;
- 11.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 11.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 11.8.5. o valor a pagar;
- 11.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 11.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 11.10. O pagamento será realizado de forma eletrônica por intermédio de instituição bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.
- 11.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.12. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções previstas na legislação tributária, previdenciária, trabalhista, prevista na legislação aplicável que assim o determine, além de eventuais retenções por compensações, glosas ou multas na forma prevista no contrato;
- 11.13. Para a composição do BDI será considerada uma alíquota média de ISSQN de 5%, sendo que, eventuais variações em função da legislação tributária do respectivo local de execução do serviço poderão importar na obrigação de reequilíbrio econômico-financeiro visando ajustar o BDI à realidade do respectivo ISSQN, mantendo-se a paridade de percentual/alíquota entre ambos.
- 11.14. Independentemente do percentual do tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 11.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC (índice Nacional de Preços), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.5. Repactuação de preços:
- 12.5.1. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 124, inciso II, letra “d” da Lei Federal nº 14.133/21. O equilíbrio econômico – financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços dos serviços e/ou insumos/materiais conforme objeto do registro de preços, devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Contratante, e será recebida, avaliada e decidida considerando, dentre outros parâmetros, a composição de custos da empresa contratada conforme planilha de composição que deverá ser apresentada juntamente com a proposta.
- 12.5.2. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:
- 12.5.3. A Empresa Contratada deverá formular ao Contratante requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas.
- 12.5.4. A comprovação será realizada, preferencialmente, por meio de documentos fiscais e, na sua impossibilidade, devidamente demonstrada e justificada, por meio de outros documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão.
- 12.5.5. Com o requerimento, a Empresa Contratada deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor global pactuado.
- 12.5.6. O contratante examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores,

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

informará à Contratada quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

- 12.5.7. Independentemente de solicitação, o Contratante poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto registrado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.
- 12.5.8. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do requerimento formalmente apresentado ao Contratante, na hipótese de solicitação decorrente de aumento de custos e contará a partir da data do evento na hipótese de diminuição dos custos, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.
- 12.5.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.5.10. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.5.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.5.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Para a execução de todos os serviços a contratada deverá fornecer todos os materiais, mão de obra qualificada e compatível com o objeto proposto. Todo pessoal deverá estar uniformizado e identificado, além de dispor de todo e qualquer treinamento exigido pelas normas regulamentadoras e ou concessionárias, ferramental e EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e EPCs (Equipamento de Proteção Coletiva) necessários à perfeita execução de qualquer dos serviços;
- 13.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas na estrutura existente, em observância às regulamentações atinentes aos serviços.
- 13.3. É de responsabilidade da Contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares de segurança e meio ambiente, inerentes à execução dos trabalhos e das condições de segurança, cabendo exclusivamente à Contratada a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados;
- 13.4. É de inteira responsabilidade da Contratada o treinamento, a qualificação e a quantificação dos recursos de mão-de-obra e equipamentos essenciais para execução dos serviços propostos;
- 13.5. Os veículos híbridos deverão conter compartimentos separados para acomodação de ferramentas, equipamentos manuais ou hidráulicos e materiais, além de possuir acomodação da equipe operacional de acordo com as Normas de Trânsito. Deverão portar inclusive sinalização adequada e instalações necessárias aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências contidas neste edital e seus Anexos, ficando sob sua responsabilidade os respectivos dimensionamentos;
- 13.6. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, controle de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade, em cumprimento das leis e Normas de segurança e

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

meio ambiente, Normas Regulamentadoras, Normas técnicas Brasileiras, (ABNT/NBR), as normas de distribuição da concessionária local e as solicitações do CIAPRA.

13.7. Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização e destinação. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações das ABNT, sob pena de não serem aceitos, devendo a empresa fornecer e instalá-los sem ônus algum para o CIAPRA e municípios;

13.8. Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.

13.9. É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente;

13.10. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CIAPRA e aos Municípios ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos;

13.11. Dentre os trabalhos de administração do contrato, a Contratada deverá manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações do CIAPRA;

13.12. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto, que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, à contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada;

13.13. Competirá, igualmente, à contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.

13.14. Cumprir integralmente todas as normativas legais relativas a proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.

13.15. Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento necessário à consecução do objeto.

13.16. Resguardar o CIAPRA contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

13.17. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados 13.18.

Garantir a posse de todos os equipamentos, materiais, veículos e pessoal indicados no Projeto Básico deste procedimento.

13.19. Fornecer ao Setor competente do município, um planejamento detalhado da execução dos serviços.

13.20. Manter contato direto com os Municípios consorciados, fornecendo quaisquer

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

informações solicitadas.

13.21. Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão-de-obra necessária à prestação de todos os serviços.

13.22. Os materiais deverão obedecer às especificações contidas nas normas técnicas do setor, podendo o Setor competente do município realizar vistoria antes da utilização dos mesmos no emprego dos serviços a serem desenvolvidos.

13.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.24. Prestar garantia do contrato, a critério e mediante solicitação do CIAPRA, nos termos do art. 98 da Lei 14.133/2021, em percentual de 5% (cinco) por cento do valor do contrato.

13.25. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, desde que dentro do prazo de garantia;

13.26. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.27. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.29. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.30. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.31. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

13.33. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.34. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.35. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

13.39. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.40. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.41. A participação neste certame importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como às estabelecidas nas neste Projeto Básico e na minuta do contrato;

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Identificar a demanda de instalação e montagem eletromecânica de sistemas de geração de energia por fonte Solar fotovoltaica do Município e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço;

14.2. Nomear pessoal da área técnica para recebimento e fiscalização do contrato;

14.3. Direito de exercer a fiscalização dos trabalhos, garantindo a correta execução dos serviços e o cumprimento de procedimentos e normas técnicas;

14.4. Efetuar os pagamentos nas formas e condições aprazadas;

14.5. Fornecer os documentos e informações necessárias aos desenvolvimentos dos serviços;

14.6. Garantir a contratada a fidelidade das informações e acesso a documentação técnica necessária.

15. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

15.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

15.2.1. Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

15.2.2. Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$;

15.2.3. Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

15.3. Comprovação de que a empresa licitante possui capital social ou patrimônio líquido

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

mínimo equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação.

- 15.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).
- 15.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)
- 15.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL

- 16.1. Comprovante de registro de pessoa jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, demonstrando habilitação para desenvolver atividade relacionada ao objeto licitado;
- 16.2. **Qualificação técnico-Operacional:** A Licitante deverá apresentar um ou mais Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, relativo as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação:
- a) Elaboração de projeto e execução de Sistema De Geração Solar Fotovoltaico com potência total mínima de 250 kw; (observar a possibilidade de exigir 5% do total)
- b) Elaboração de projeto e execução de Sistema De Geração Solar Fotovoltaico com instalação de banco de baterias com capacidade mínima de 170 kWh. (observar a possibilidade de exigir 5% do total)
- 16.2.1. Os Atestados de Capacidade Técnica apresentados deverão ser acompanhados dos seguintes documentos comprobatórios:
- a) Suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) registradas no CREA ou CFT.
- b) Cópia do contrato firmado entre a licitante e a pessoa jurídica de direito público ou privado que originou o referido atestado.
- 16.2.2. Adicionalmente, deverá ser apresentada uma declaração formal, assinada pelo representante legal da empresa, indicando um Profissional Habilitado, para responder tecnicamente pelos serviços previstos no Edital, (indicar o nome e número de inscrição junto ao conselho de classe), cujo nome virá a constar da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou termo de Responsabilidade Técnica (TRT), relativa aos serviços em questão, devendo juntar a comprovação do vínculo do(s) profissional(s), mediante contrato de prestação de serviços ou outro instrumento contratual que demonstrem a identificação profissional. No caso de sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo da mesma.
- 16.3. **Qualificação Técnico-Profissional:** Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, acompanhado das respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CFT, em nome do(s) responsável (s) técnico e /ou membros da equipe técnica que participarão da execução do objeto licitado, comprovando a execução dos seguintes serviços de maior

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

relevância:

- a) Elaboração de projeto e execução de Sistema De Geração Solar Fotovoltaico com potência total mínima de 250kw;
- b) Elaboração de projeto e execução de Sistema De Geração Solar Fotovoltaico com instalação do banco de baterias de armazenamento com capacidade mínima de 170 kWh;

16.3.1. Os Atestados de Capacidade Técnica apresentados, deverão ser acompanhados dos seguintes documentos comprobatórios:

- a) Suas respectivas ARTs ou TRTs;

16.4. A equipe técnica apresentada deverá possuir pelo menos um engenheiro eletricista devidamente registrado no CREA, que deverá ser apresentado como responsável técnico do projeto.

16.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

16.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica detentores dos documentos de comprovação de qualificação técnico-profissional deverão apresentar Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física, expedida pelo CREA ou CFT.

16.7. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este tópico poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, com aprovado pela Administração.

16.8. A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará na inabilitação da LICITANTE, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

16.9. Para comprovação da qualificação técnica, a LICITANTE que optar por utilizar atestados emitidos com base em CONTRATOS executados em regime de CONSÓRCIO deverá apresentar, além dos atestados, documentos que comprovem o percentual de sua participação no referido CONSÓRCIO. Os atestados apresentados serão considerados proporcionalmente à participação da LICITANTE no CONSÓRCIO, conforme os documentos comprobatórios.

16.10. O Agente de Contratação poderá, a seu exclusivo critério, solicitar documentos adicionais, fazer verificações e/ou diligências diretas para verificar a exatidão de dados, informações ou documentos fornecidos pelas LICITANTES no que se refere ao atendimento das exigências de habilitação técnica ou requisitar a análise do corpo técnico responsável pelo Certame.

17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. A proponente que vier a causar impedimento ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao CIAPRA em função da não conclusão do processo licitatório bem como do objeto pretendido.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 17.2. A participação neste certame importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

18. OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- 18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.
- 18.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art. 59, §3 da lei 14.133/2021, se aplicando a mesma medida aos demais licitantes que se enquadrarem no cadastro de reserva.
- 18.3. O custo estimado total da contratação para os serviços propostos é um total de R\$ 169.238.170,18 (cento e sessenta e nove milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e setenta reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária.

19. APÊNDICES

- 19.1. Apêndice (A) – Composição de BDI (fornecimento de materiais)
- 19.2. Apêndice (B) – Composição de BDI (Obras de rede de energia)
- 19.3. Apêndice (C) – Cronograma Físico
- 19.4. Apêndice (D) – Especificações Técnicas
- 19.5. Apêndice (E) – Planilha Orçamentária
- 19.6. Apêndice (F) – Composição de Custos Auxiliares
- 19.7. Apêndice (G) - Matriz de Risco
- 19.8. Apêndice (H) – Proposta Comercial

Ituberá, 05 de novembro de 2024.

Adebaldo Rodrigues dos Santos
Engº Civil CREA/BA N° 18.459/D

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88

Apêndice (A) – Composição de BDI (fornecimento de materiais)

BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI DIFERENCIADO

Obra: CONSTRUÇÃO DE USINAS FOTOVOLTAICAS - CONSOLIDADA - ÁREA DE ABRANGÊNCIA CIAPRA

SINAPI (05/2024 - BA - NÃO DESONERADA) | SEINFRA (04/2023 - CE - NÃO DESONERADA) | PRÓPRIO (07/2023 - BA - NÃO DESONERADA)

Tipo de obra, conforme Acórdão nº 2622/2013 - TCU: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

SIGLA	ITEM	MÍNIMO	% ADOTADO MÁXIMO	
AC	Administração central	1,50%	4,49%	4,49%
DF	Despesas financeiras	0,85%	1,00%	1,11%
R	Riscos	0,56%	0,58%	0,89%
S + G	Seguro + Garantia	0,30%	0,82%	0,82%
L	Lucro	3,50%	5,22%	6,22%
T	Tributos (soma)		3,65%	
	COFINS		3,00%	
	PIS		0,65%	
	CPRB (Folha desonerada)			
	ISS			
BDI ADOTADO			16,79%	

Fórmula de Cálculo do BDI com base no TCU:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em caso de obra pública, faz-se necessário verificar os seguintes limites para o BDI:

MÍNIMO
11,10%

CÁLCULO (SEM CPRB)
16,79%

MÁXIMO
16,80%

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88

Apêndice (B) – Composição de BDI (Obras de rede de energia)

BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI PRINCIPAL

Obra: CONSTRUÇÃO DE USINAS FOTOVOLTAICAS - CONSOLIDADA - ÁREA DE ABRANGÊNCIA CIAPRA

SINAPI (05/2024 - BA - NÃO DESONERADA) | SEINFRA (04/2023 - CE - NÃO DESONERADA) | PRÓPRIO (07/2023 - BA - NÃO DESONERADA)

Tipo de obra, conforme Acórdão nº 2622/2013 - TCU: CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

SIGLA	ITEM	MÍNIMO	% ADOTADO MÁXIMO	
AC	Administração central	5,29%	5,29%	7,93%
DF	Despesas financeiras	1,01%	1,10%	1,11%
R	Riscos	1,00%	1,00%	1,97%
S + G	Seguro + Garantia	0,25%	0,25%	0,56%
L	Lucro	8,00%	8,00%	9,51%
T	Tributos (soma)		8,65%	
	COFINS		3,00%	
	PIS		0,65%	
	CPRB (Folha desonerada)			
	ISS		5,00%	
BDI ADOTADO			27,34%	

Fórmula de Cálculo do BDI com base no TCU:

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Em caso de obra pública, faz-se necessário verificar os seguintes limites para o BDI:

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

Apêndice (C) – Cronograma Físico

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO					MED. 01	MED. 02	MED. 03	MED. 04	MED. 05	MED. 06
% SIMPLES POR MÊS					0,56%	40,22%	30,42%	28,38%	0,23%	0,19%
% ACUMULADO POR MÊS					0,56%	40,77%	71,20%	99,58%	99,81%	100,00%
R\$ SIMPLES POR MÊS					763.772,13	55.166.505,03	41.734.055,87	38.927.352,57	316.077,39	263.234,70
R\$ ACUMULADO POR MÊS					763.772,13	55.930.277,16	97.664.333,03	136.591.685,60	136.907.762,99	137.170.997,69
	ETAPA DA OBRA	PREÇO GLOBAL	PESO	ALOCADO	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias
01	EQUIPAMENTOS - USINA FOTOVOLTAICA	R\$ 129.319.117,40	94,28%	100,0%		40,00%	30,00%	30,00%		
02	REFORÇO ESTRUTURAL DE TELHADOS	R\$ 1.316.173,51	0,96%	100,0%	30,00%	20,00%	10,00%	10,00%	10,00%	20,00%
03	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 150KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAÍDA SUBTERRÂNEA -TRIFÁSICO 3- 150KVA - 3X400A	R\$ 922.300,19	0,67%	100,0%	40,00%	40,00%			20,00%	
04	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 300KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAÍDA SUBTERRÂNEA -TRIFÁSICO 3-300KVA - 3X800A	R\$ 1.470.821,39	1,07%	100,0%		50,00%	50,00%			
05	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 500KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAÍDA SUBTERRÂNEA -TRIFÁSICO 3-500KVA - 2X3X800A	R\$ 1.811.410,41	1,32%	100,0%		50,00%	50,00%			
06	CONSTRUÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA	R\$ 2.331.174,79	1,70%	100,0%		50,00%	50,00%			
TOTAL		R\$ 137.170.997,69	100,00%	100,0%						

Apêndice (D) – Especificações Técnicas**1. OBJETO**

A presente licitação compartilhada tem como objeto o registro de preços para, futura e eventual, contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica com fornecimento de material e mão de obra para a elaboração de dimensionamento, projeto básico, projeto executivo de sistema de geração de energia fotovoltaica, com garantia de funcionamento, abrangendo, também, a execução de obras e serviços, instalações de equipamentos e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, conforme especificações descritas neste edital e seus anexos.

2. OBJETIVO

2.1. O objetivo deste apêndice é o esclarecimento e detalhamento técnico dos equipamentos e serviços que serão alvo das futuras e eventuais contratações.

2.2. O fornecimento inclui todos os equipamentos e serviços necessários para a conexão à rede da concessionária e pelo funcionamento dos seguintes sistemas e serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD
01	EQUIPAMENTOS - USINA FOTOVOLTAICA		
01.01	CPU - 007 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 10 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MINIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	282,00
01.02	CPU - 008 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 12 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MINIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM NO MÍNIMO 25KWH DE ARMAZENAMENTO EM BATERIA DE LÍTIO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	235,00
01.03	CPU - 009 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 30 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MINIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	47,00
01.04	CPU - 010 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 50 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MINIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	28,00

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88

01.05	CPU - 011 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 50 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM BANCO DE BATERIAS COM 100KWH MÍNIMO DE ARMAZENAMENTO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	28,00
01.06	CPU - 012 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 100 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	14,00
01.07	CPU - 013 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM ARMAZENAMENTO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES DE 100 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, BANCO DE BATERIA (BESS) DE 340KWH, EMS , PCS E DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	14,00
01.08	CPU - 014 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 500 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	14,00
02	REFORÇO ESTRUTURAL DE TELHADOS		
02.01	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO PORTUGUESA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	3.000,00
02.02	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 8 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019_PS	M2	3.000,00
02.03	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	3.000,00
03	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 150KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAIDA SUBTERRÂNEA - TRIFÁSICO 3- 150KVA - 3X400A		
03.01	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 150 KVA/13.800-380/220V COM QUADRO DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL, INCLUSIVE MALHA DE ATERRAMENTO	UN	14,00
04	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 300KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAIDA SUBTERRÂNEA - TRIFÁSICO 3-300KVA - 3X800A		

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

04.01	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 300 KVA/13.800-380/220V COM QUADRO DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL, INCLUSIVE MALHA DE ATERRAMENTO	UN	14,00
05	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 500KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAÍDA SUBTERRÂNEA - TRIFÁSICO 3-500KVA - 2X3X800A		
05.01	TRANSFORMADOR P/CABINE PRIMÁRIA 500KVA-15KV	UN	14,00
05.02	POSTE C/ACESSÓRIOS ATÉ A ENTRADA DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	UN	14,00
05.03	CHAVE FACA 3X200A CLASSE 15KV	UN	14,00
05.04	BASE DE FUSÍVEL TIPO 'NH' 3 ATÉ 630A EM QUADRO DE FORÇA	UN	14,00
05.05	TRANSFORMADOR DE CORRENTE 15 KV - INSTALADO	UN	42,00
05.06	TRANSFORMADOR DE POTENCIAL 115 VAC 400 VA	UN	42,00
05.07	CAIXA DE DERIVACAO PARA MEDIDOR DE ENERGIA, COM BARRAMENTO POLIFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO - MODULO (PADRAO CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	14,00
05.08	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO BUCHA, PARA TENSÃO DE *15* KV	UN	14,00
05.09	ISOLADOR PORCELANA TIPO PEDESTAL CLASSE 15KV	UN	84,00
05.10	TERMINAL PRESSÃO P/CABO 35MM2	UN	84,00
05.12	BARRAMENTO DE COBRE 3/8"	M	210,00
05.13	ATERRAMENTO COMPLETO C/ HASTE COPPERWELD 3/4" X 3.0M	UN	168,00
05.14	CABO DE COBRE NÚ, TEMPERA MEIO DURA, SEÇÃO 50mm², FORMAÇÃO 7 FIOS	KM	1,00
05.15	EXTINTOR DE INCÊNDIO PORTÁTIL COM CARGA DE PO QUÍMICO SECO (PQS) DE 12 KG, CLASSE BC	UN	14,00
05.16	LUVA PARA ELETRODUTO, EM AÇO GALVANIZADO ELETROLÍTICO, COM ROSCA, DIÂMETRO DE 40 MM (1 1/2")	UN	84,00
05.17	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	M2	672,00
05.18	EXECUÇÃO DE PISO INDUSTRIAL DE CONCRETO ARMADO, FCK = 20 MPA, ESPESSURA DE 12,0 CM. AF_04/2022	M2	168,00
05.19	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA P/ PISO - VÃO DE 3,81 A 4,80 m	M2	168,00
05.20	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, SEM FECHADURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	14,00
05.21	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	28,00
05.22	LUVA DE BORRACHA ISOLANTE PARA ALTA TENSÃO, RESISTENTE A OZÔNIO, TENSÃO DE ENSAIO 2,5 KV (PAR)	PAR	14,00
06	CONSTRUÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA		
06.01	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T1, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 0 KVA ATÉ 25KVA, TRIFÁSICO 127/220v, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	200,00
06.02	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T2, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 25,1 KVA ATÉ 38KVA, TRIFÁSICO 127/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA	UN	30,00

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
 CNPJ: 10.355.504/0001-88

	MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS		
06.03	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T4, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 47,7KVA ATÉ 75KVA, TRIFÁSICO 127/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	30,00
06.04	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T5, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 0 KVA ATÉ 32KVA, TRIFÁSICO 380/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	200,00
06.05	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T8, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 52,8 KVA ATÉ 75KVA, TRIFÁSICO 380/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	30,00

2.3. A quantidade de cada sistema e preço está detalhada na planilha orçamentária.

2.4. O dimensionamento de cada um sistema de geração se dará em compatibilidade às áreas disponibilizadas pelo município, podendo ser necessário a associação de itens para formação de um sistema adequado.

2.5. Os sistemas de potências de microgeração e minigeração, poderão ser instalados sobre estruturas de solo, de telhados e lajes, dos prédios públicos de propriedade dos municípios, devendo suas condições técnicas serem confirmadas por sua avaliação estrutural pela CONTRATADA, para a liberação da instalação. A CONTRATADA é responsável por todos os fornecimentos de materiais, equipamentos e mão de obra necessária a instalação e montagem para seu funcionamento.

2.5.1. Serviços preliminares de limpeza, terraplanagem, vias de acesso e demais serviços associados.

2.5.2. Serviços de topografia e demais serviços associados;

2.5.3. Serviços de geologia e geotécnica, validação de dados geológico/geotécnicos, realização de estudos, e demais serviços associados

2.5.4. Serviços para implantação de sistema de drenagem e demais serviços associados

2.5.5. Serviços de cerramento, acessos e urbanização, e demais serviços associados;

2.5.6. Edificações e demais serviços associados;

2.5.7. Obras de conexão de média tensão ao sistema elétrico;

2.5.8. Licenciamento ambiental;

2.5.9. Monitoramento de segurança.

2.5.10. Projeto e construções civis de obras para acomodação dos quadros e inversores

2.6. Os itens acima, quando necessários, deverão ser contratados através de processos interdependentes.

2.7. Para os sistemas de geração fotovoltaica projetados em telhado, a CONTRATADA é responsável por todos os fornecimentos de materiais, equipamentos e mão de obra necessária a instalação e montagem para seu funcionamento, inclusive os itens relacionados à necessidade de reforço de estruturais, identificados no laudo técnico emitido pelo profissional habilitado.

2.8. Foram previstos itens para os casos em que será necessário a modificação dos padrões de entrada de energia e construção de subestações para atendimento as normas em vigor ou pela necessidade de aumento potência disponibilizada para a injeção da potência da geração pretendida.

2.9. Na planilha de quantidades e preços estão previstos possíveis materiais complementares, que eventualmente poderão ser demandados quando da elaboração do anteprojeto individualizado e respectiva contratação. Nesta hipótese, em que for configurada a necessidade de materiais em quantidade superior ao estabelecido na padronização de execução, serão incluídos na contratação os itens e/ou quantitativos adicionais necessários, tudo vinculado, de qualquer forma, ao anteprojeto que nortear a contratação.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os materiais empregados e os serviços executados deverão obedecer a todas as Normas Brasileiras atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, e às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.

Para a execução dos serviços a instalação e montagem eletromecânica de sistemas de geração de energia por fonte solar fotovoltaica, propostas neste edital, devem ser observadas as aplicações das normas abaixo em suas versões mais atuais sem a elas limitar-se.

3.1. NR – Normas Regulamentadoras – Ministério do trabalho

- 3.1.1. NR 06 – Equipamentos de proteção individual – EPI.
- 3.1.2. NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade.
- 3.1.3. NR 11 - Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.
- 3.1.4. NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.
- 3.1.5. NR 17 – Ergonomia.
- 3.1.6. NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção.
- 3.1.7. NR 21 - Trabalho a céu aberto.
- 3.1.8. NR 24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
- 3.1.9. NR 26 - Sinalização de segurança.
- 3.1.10. NR 27 - Registro profissional do técnico de segurança do trabalho no MTB.
- 3.1.11. NR 33 - Segurança e saúde no trabalho em espaços confinados
- 3.1.12. NR 35 - Trabalho em altura.

3.2. ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 3.2.1. Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia;
- 3.2.2. As normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações;
- 3.2.3. NBR 5410 - Execução de instalações elétricas de baixa tensão.
- 3.2.4. NBR 5471 - Condutores elétricos.
- 3.2.5. NBR 5419: 2015 - Proteção contra descargas atmosféricas.
- 3.2.6. NBR 16274:2014 - Sistemas fotovoltaicos conectados à rede — Requisitos mínimos para documentação, ensaios de comissionamento, inspeção e avaliação de desempenho.
- 3.2.7. NBR 11876:2010 - Módulos fotovoltaicos - Especificação.
- 3.2.8. NBR 16149:2013 - Sistemas fotovoltaicos (FV) - Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição.
- 3.2.9. NBR 16150:2013 - Sistemas fotovoltaicos (FV) - Características da 56 interface de conexão com a rede elétrica de distribuição – Procedimento de ensaio de conformidade.
- 3.2.10. NBR IEC 62116:2012 Procedimento de ensaios de anti-ilhamento para inversores de sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica.
- 3.2.11. IEC 61215 - Qualificação de Módulos Fotovoltaicos.
- 3.2.12. IEC 61646 - Módulos Fotovoltaicos.
- 3.2.13. IEC 61730 - Qualificação de segurança do módulo FV, Partes 1 e 2 requisitos para construção e testes, incluindo a classe de proteção II.
- 3.2.14. IEC 61345 - UV Test for Photovoltaic (PV) Modules;
- 3.2.15. Resolução ANEEL 1000/2021.
- 3.2.16. NBR 5101 - Iluminação Pública;
- 3.2.17. NBR 15129 - Luminárias para Iluminação Pública;
- 3.2.18. NBR 14039 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV
- 3.2.19. NBR 05410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão
- 3.3. Normas da concessionária de energia elétrica, especialmente as relacionadas à:
 - 3.3.1. Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária de Distribuição a Edificações Individuais.
 - 3.3.2. Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão de Distribuição à Edificação Individual.
- 3.4. Essas normas têm por objetivo fixar os critérios básicos para execução de projetos e instalações e montagens eletromecânicas, de modo a garantir as mínimas condições de segurança, técnica e economia. Assimilam as normas de segurança na execução de serviços e obras, padronização, especificações, método de ensaios, terminologias e simbologias, necessárias e adequadas à construção e fornecimento de energia elétrica pela concessionária local.

4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

O sistema solar fotovoltaico deve ser conectado (*ongrid*) diretamente a rede de distribuição onde está localizada, através dos seguintes itens:

- a. Fornecimento de materiais e instalação de sistema de geração de energia elétrica através do princípio fotovoltaico;
- b. Condução dos processos Administrativos e Técnicos junto a concessionária local de energia até a substituição do medidor de energia elétrica convencional pelo modelo bidirecional;

Devendo seus componentes básicos descritos abaixo no mínimo respeitar o escopo técnico emitido para cada item como forma de assegurar a integridade e a qualidade da instalação.

Serão aceitos sobre justificativa e aceito previamente pela prefeitura de Belo Campo, materiais com qualidade superior ao mínimo apresentado abaixo:

4.1. ESTRUTURA DE FIXAÇÃO EM SOLO, TELHADOS OU COBERTURAS

As estruturas de fixação dos módulos em telhados devem obedecer aos seguintes critérios:

- a. Devem possuir proteção contra a corrosão,
- b. Suportar a carga mecânica dos módulos e prover condições seguras de afixação dos módulos levando em consideração cargas de vento, intempéries atmosféricas e ambientais,
- c. Serem fabricadas especialmente para o tipo de telhado onde serão instaladas,
- d. A sua instalação não deve alterar os níveis de estanqueidade do telhado

4.2. MÓDULOS FOTOVOLTAICOS

Os módulos fotovoltaicos utilizados no projeto e execução da geração devem ter registro no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, selo PROCEL da Eletrobras e ter atendida em sua construção às seguintes normas: IEC 61730-1:2018, IEC 61730-2:2018, IEC 61215-1:2021 e IEC 61215-2:2021.

Devem possuir nível de rendimento de pelo menos 21% STC e possuir tecnologia Half-Cell.

4.3. CABOS

O cabeamento utilizado no sistema de corrente contínua deve ter as seguintes características:

- a) Serem próprios para corrente contínua;
- b) Ter tensão de isolamento maior ou igual à tensão de aplicação daquele circuito;
- c) Se expostos ao tempo, proteção contra radiação UV;
- d) Não propagantes de chamas;
- e) Possuir dupla isolamento;
- f) Se expostos a ambiente salino, serem de cobre estanhado;
- g) Não permite isolamento e cobertura halogenados;
- h) Isolamento e cobertura devem ser de material termofixo;
- i) Tensão mínima de isolamento de 1,5 kVcc e máxima de 1,8 kVcc (equivalente a 0,6/1 kVca);
- j) Temperatura do condutor em regime permanente de até 90 °C, permitindo operação a 120 °C desde que não se ultrapasse 20.000 h de uso em temperatura ambiente de até 90 °C;
- k) Condutor de cobre estanhado;

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

- l) Ter identificação “USO EM SISTEMA FOTOVOLTAICO” e “NBR 16612”;
- m) Ser de tempera mole, isto é, flexível;
- n) Atender requisitos construtivos especiais como espessura das camadas e critérios de resistência mecânica, térmica e de envelhecimento.

A instalação e fabricação do cabeamento de corrente contínua deve obedecer às normas:

- a) NBR 16690:2019 - Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos - Requisitos de projeto,
- b) NBR 16612:2020 - Cabos de potência para sistemas fotovoltaicos, não halogenados, isolados, com cobertura, para tensão de até 1,8 kV C.C. entre condutores - Requisitos de desempenho.
- c) NBR 5410:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão

4.4. SISTEMA DE CONVERSÃO CC-CA

O sistema de conversão CC-CA deve ser realizado através de inversor fotovoltaico definido em projeto que opere dentro das características elétricas dos módulos fotovoltaicos, das *strings* e arranjos criados a partir deles. E que a saída CA seja compatível em tensão, potência e frequência com o padrão de entrada de energia elétrica onde será conectado diretamente ou através de transformador de tensão.

Somente serão aceitos inversores do tipo *STRING*. Não serão aceitas propostas com tecnologia baseada em micros inversores.

Os inversores deverão obedecer aos parâmetros de ajuste de tensão conforme PRODIST.

4.4.1. Detalhamento Inversores

Sua construção e instalação devem atender às recomendações de instalação do fabricante e às seguintes normas:

- a) NBR IEC 62116:2012 - Procedimento de ensaio de anti-ilhamento para inversores de sistemas fotovoltaicos conectados à rede elétrica;
- b) NBR 16150:2013 - Sistemas fotovoltaicos (FV) — Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição — Procedimento de ensaio de conformidade;
- c) NBR 16149:2013 - Sistemas fotovoltaicos (FV) – Características da interface de conexão com a rede elétrica de distribuição;
- d) Normas e exigências locais da concessionária de energia onde será realizada a conexão.

4.5. SISTEMAS HÍBRIDO E ON GRID COM ARMAZENAMENTO

4.5.1. SISTEMA DE ARMAZENAMENTO HÍBRIDO - 25Kwh e 100KWh

01.02	CPU - 008 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 12 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W _p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM NO MÍNIMO 25KWH DE ARMAZENAMENTO EM BATERIA DE LÍTIO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	235,00
-------	---	----	--------

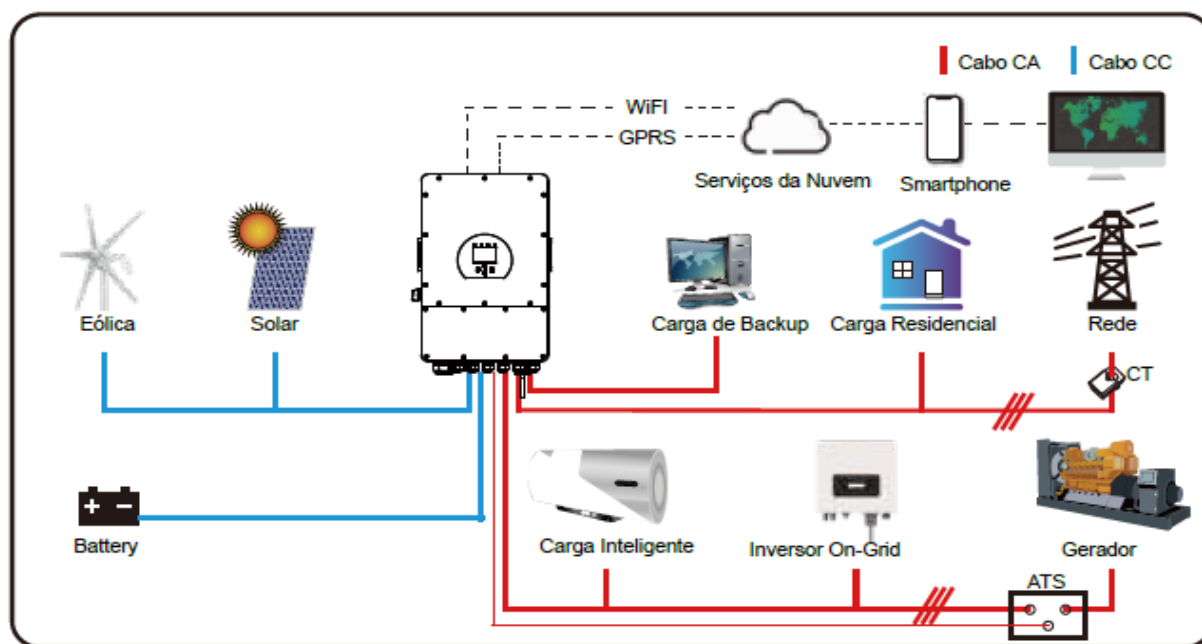
Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88

01.05	CPU - 011 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 50 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM BANCO DE BATERIAS COM 100KWH MÍNIMO DE ARMAZENAMENTO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	28,00
-------	--	----	-------

4.5.1.1. ARQUITETURA BÁSICA DO SISTEMA

A arquitetura básica foi extraída de site do fabricante Deye,

[https://pt.deyeinverter.com/deyeinverter/2021/09/15/sun-\(6-12\)k-sg04lp3_pt_compressed.pdf](https://pt.deyeinverter.com/deyeinverter/2021/09/15/sun-(6-12)k-sg04lp3_pt_compressed.pdf), e é uma referência apenas da arquitetura esperada do sistema de armazenamento de 25KWh e 100Kwh.

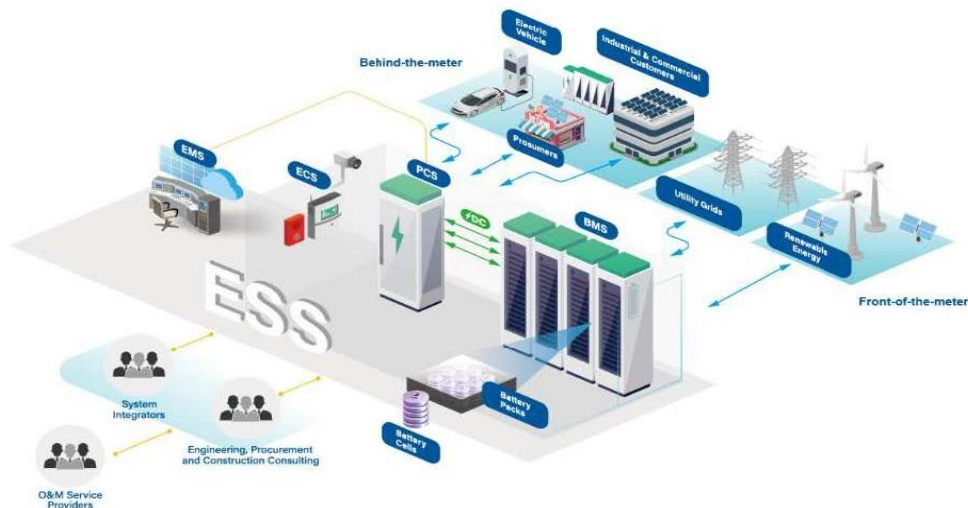


4.5.2. SISTEMA COM ARMAZENAMENTO MÍNIMO DE 340KWh

O sistema de armazenamento com capacidade mínima de 340 kWh deve atender à modelagem abaixo descrita.

01.07	CPU - 013 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM ARMAZENAMENTO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES DE 100 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, BANCO DE BATERIA (BESS) DE 340KWH, EMS, PCS E DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	14,00
-------	---	----	-------

4.5.2.1. ARQUITETURA BÁSICA DO SISTEMA:



4.5.2.2. CONVERSORES PCS

Conversores de potência CC/CA e CA/CC para aplicação compatível com sistemas de armazenamento de energia e sistemas fotovoltaicos (PCS - sistema BESS), com entrada para baterias de alta tensão, com transformador externo quando for o caso.

4.5.2.3. GABINETE DE BATERIA DE CAPACIDADE MÍNIMA DE 340KWH

Sistema de armazenamento de energia elétrica em baterias de íon de lítio para compor o sistema BESS – (Battery Energy Storage Systems), montado em gabinete, constituído por um sistema de resfriamento líquido externo compacto de armazenamento de energia com modularidade totalmente integrada. compõe o sistema: Módulos de bateria LFP (fosfato de ferro-lítio), sistema de resfriamento líquido, sistema de supressão de incêndio, sistema de monitoramento.

4.5.2.4. PROCESSAMENTO DE DADOS - EMS

Máquina de processamento de dados composta de desktop, monitor, teclado, mouse e software com sistema de gestão de energia – EMS, com função de coletar, monitorar e controlar dados em tempo real de diferentes dispositivos, sensores e equipamentos do sistema de armazenamento de energia, além de detectar e corrigir falhas, controlando desde a comunicação da bateria até o sistema de nuvem.

4.5.3. CANALIZAÇÕES E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA

Toda a infraestrutura elétrica deve seguir os padrões mencionados nas normas:

- NBR 5410:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão
- NBR 16690:2019 - Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos - Requisitos de projeto

4.5.4. Aterramento

O aterramento deve atender às especificações mencionados nas normas:

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- a) NBR 5410:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão
- b) NBR 16690:2019 - Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos - Requisitos de projeto

4.6. CONTEÚDO MÍNIMO DO PROJETO EXECUTIVO

A documentação de projeto deverá estar em conformidade com a IEC 62446, devendo incluir os dados básicos do sistema e as informações relacionadas com o projeto executivo e As Built, contendo, pelo menos:

- a) Localização do projeto e data de instalação;
- b) Capacidade do sistema (CA e CC);
- c) Especificações detalhadas dos módulos fotovoltaicos e inversores – fabricante, modelo, quantidade;
- d) Identificação dos projetistas responsáveis técnicos pelo sistema;
- e) Informações da CONTRATADA e do responsável técnico pela instalação do sistema;
- f) Diagrama unifilar e trifilar do SFCR;
- g) Especificações gerais dos arranjos;
- h) Desenhos de layout dos arranjos;
- i) Número de módulos por string;
- j) Número de strings;
- k) Informação das strings;
- l) Tipo de cabo utilizado na string, seção e comprimento;
- m) Especificação dos dispositivos de proteção contra sobretensão.

O projeto executivo deverá ser apresentado conforme estipula a ABNT NBR 16274:2014 Sistemas fotovoltaicos conectados à rede — Requisitos mínimos para documentação, ensaios de comissionamento, inspeção e avaliação de desempenho.

Nos casos em que a usina fotovoltaica for instalada sobre coberturas e/ou telhados, deverá ser parte integrante do projeto um “Laudo de Avaliação da Estrutura” garantindo que a instalação dos módulos fotovoltaicos não abalará a integridade física da edificação. O Laudo deverá ser elaborado por um engenheiro civil ou mecânico (conforme for o tipo da estrutura) e ter anexado sua respectiva ART, registrada no CREA e assinada pelas partes.

Nos casos em que a usina fotovoltaica for instalada no solo ou estruturas construídas especificamente para recebê-las, deverá ser incluso o projeto estrutural a ser elaborado por um engenheiro civil ou mecânico (conforme for o tipo da estrutura) e ter anexado sua respectiva ART, registrada no CREA e assinada pelas partes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Serão exigidos e devem ser apresentado junto com a proposta comercial, datasheet² dos seguintes equipamentos:

- a) Painel solar
- b) Inversor Solar

² datasheet, folha de dados ou folha de especificações é um documento que resume o desempenho e outras características técnicas de um produto, máquina, componente, material, subsistema ou software em detalhe suficiente para que possa ser usado por um engenheiro de projeto para integrar o componente em um sistema

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- c) Sistema de armazenamento contendo todos os itens utilizados na solução escolhida pelo licitante, ex: (Inversor, controlador de carga, PSC, EMS, Bateria, gabinete, etc) a depender de cada solução deverão ser apresentados os itens correspondentes.
- 5.2. Os itens apresentados deverão atender as normas e legislação vigente para os sistemas.
- 5.3. Na proposta comercial deverá constar a informação de marca e modelo.
- 5.4. A visita técnica é facultativa para fins de participação.
- 5.5. Os Datasheets deverão ser anexados no sistema eletrônico na PROPOSTA INICIAL, as empresas que não enviarem serão automaticamente desclassificadas.
- 5.6. O laudo estrutural do telhado que receberá a instalação, deverá ser fornecido pelo CONTRATADO, com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART, de engenheiro mecânico ou civil.
- 5.7. As obras civis constantes no projeto deverão ser fornecidas pelo CONTRATADO, com a devida anotação de responsabilidade técnica – ART, de engenheiro civil.
- 5.8. Nos atestados constantes na qualificação técnica profissional e operacional é importante que sejam apresentadas experiências compatíveis com os sistemas solicitados, ou seja, deve contemplar experiência prévia na instalação e configuração dos equipamentos apresentados na proposta.

Ituberá – Ba, 05 de novembro de 2024.

Adebaldo Rodrigues dos Santos
Engº Civil CREA/BA Nº 18.459/D

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

Apêndice (E) – Planilha Orçamentária

OBRA: CONSTRUÇÃO DE USINAS FOTOVOLTAICAS - CONSOLIDADA - ÁREA DE ABRANGÊNCIA CIAPRA
 SINAPI (05/2024 - BA - NÃO DESONERADA) | SEINFRA (04/2023 - CE - NÃO DESONERADA) | PRÓPRIO (07/2023 - BA - NÃO DESONERADA)

OBJETO							BDI	Materiais e Equipamentos		16,79%	
Serviços de engenharia elétrica com fornecimento de material e mão de obra para a elaboração de dimensionamento, projeto básico, projeto executivo de sistema de geração de energia fotovoltaica, com garantia de funcionamento, abrangendo, também, a execução de obras e serviços, instalações de equipamentos e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.								Construção e Manutenção		27,34%	
ORÇAMENTO SINTÉTICO											
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT	TOTAL (S/ BDI)	VLR BDI	TOTAL (C/ BDI)	PESO	ABC
1	EQUIPAMENTOS - USINA FOTOVOLTAICA						R\$ 110.727.902,56	R\$ 18.591.214,84	R\$ 129.319.117,40	94,28%	
01.01	PRÓPRIO	CPU006	CPU - 007 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 10 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MINIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	282	R\$ 42.266,27	R\$ 11.919.088,14	R\$ 2.001.214,90	R\$ 13.920.303,04	10,15%	B
01.02	PRÓPRIO	CPU007	CPU - 008 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 12 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MINIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM NO MÍNIMO 25KHW DE ARAMAZENAMENTO	CJ	235	R\$ 113.422,09	R\$ 26.654.191,15	R\$ 4.475.238,69	R\$ 31.129.429,84	22,69%	A

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

			EM BATERIA DE LÍTIO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.								
01.03	PRÓPRIO	CPU008	CPU - 009 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 30 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	47	R\$ 117.864,41	R\$ 5.539.627,27	R\$ 930.103,42	R\$ 6.469.730,69	4,72%	B
01.04	PRÓPRIO	CPU009	CPU - 010 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 50 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	28	R\$ 187.876,35	R\$ 5.260.537,80	R\$ 883.244,30	R\$ 6.143.782,10	4,48%	A
01.05	PRÓPRIO	CPU010	CPU - 011 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 50 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA	CJ	28	R\$ 500.176,35	R\$ 14.004.937,80	R\$ 2.351.429,06	R\$ 16.356.366,86	11,92%	A

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

			POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM BANCO DE BATERIAS COM 100KWH MÍNIMO DE ARMAZENAMENTO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.								
01.06	PRÓPRIO	CPU011	CPU - 012 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 100 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	14	R\$ 385.214,70	R\$ 5.393.005,80	R\$ 905.485,67	R\$ 6.298.491,47	4,59%	A
01.07	PRÓPRIO	CPU012	CPU - 013 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍDRIBO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 100 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, BANCO DE BATERIA (BESS) DE 340KWH, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.	CJ	14	R\$ 1.061.214,70	R\$ 14.857.005,80	R\$ 2.494.491,27	R\$ 17.351.497,07	12,65%	A
01.08	PRÓPRIO	CPU013	CPU - 014 SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 500 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO	CJ	14	R\$ 1.935.679,20	R\$ 27.099.508,80	R\$ 4.550.007,53	R\$ 31.649.516,33	23,07%	A

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

			COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.								
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT	TOTAL (S/ BDI)	VLR BDI	TOTAL (C/ BDI)	PESO	ABC
2	REFORÇO ESTRUTURAL DE TELHADOS						R\$ 1.033.590,00	R\$ 282.583,51	R\$ 1.316.173,51	0,96%	
02.01	SINAPI	94195	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA DE ENCAIXE, TIPO PORTUGUESA, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M2	3000	R\$ 29,40	R\$ 88.200,00	R\$ 24.113,88	R\$ 112.313,88	0,08%	C
02.02	SINAPI	94218	TELHAMENTO COM TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO E= 8 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019_PS	M2	3000	R\$ 125,14	R\$ 375.420,00	R\$ 102.639,83	R\$ 478.059,83	0,35%	C
02.03	SINAPI	94216	TELHAMENTO COM TELHA METÁLICA TERMOACÚSTICA E = 30 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	3000	R\$ 189,99	R\$ 569.970,00	R\$ 155.829,80	R\$ 725.799,80	0,53%	C
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT	TOTAL (S/ BDI)	VLR BDI	TOTAL (C/ BDI)	PESO	ABC
3	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 150KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAÍDA SUBTERRÂNEA -TRIFÁSICO 3- 150KVA - 3X400A						R\$ 724.281,60	R\$ 198.018,59	R\$ 922.300,19	0,67%	
03.01	SEINFRA	C4941	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 150 KVA/13.800-380/220V COM QUADRO DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL, INCLUSIVE MALHA DE ATERRAMENTO	UN	14	R\$ 51.734,40	R\$ 724.281,60	R\$ 198.018,59	R\$ 922.300,19	0,67%	C
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT	TOTAL (S/ BDI)	VLR BDI	TOTAL (C/ BDI)	PESO	ABC
4	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 300KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAÍDA SUBTERRÂNEA -TRIFÁSICO 3-300KVA - 3X800A						R\$ 1.155.034,86	R\$ 315.786,53	R\$ 1.470.821,39	1,07%	
04.01	SEINFRA	C4758	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 300 KVA/13.800-380/220V COM QUADRO DE MEDIÇÃO E PROTEÇÃO GERAL,	UN	14	R\$ 82.502,49	R\$ 1.155.034,86	R\$ 315.786,53	R\$ 1.470.821,39	1,07%	C

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

ITEM	FONTE	CÓDIGO	INCLUSIVE MALHA DE ATERRAMENTO DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT	TOTAL (S/ BDI)	VLR BDI	TOTAL (C/ BDI)	PESO	ABC
5	FORNECER E INSTALAR, SUBESTAÇÃO DE ENTRADA DE ENERGIA, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 500KVA, TRIFÁSICO, ENTRADA E SAÍDA SUBTERRÂNEA -TRIFÁSICO 3-500KVA - 2X3X800A						R\$ 1.548.040,44	R\$ 263.369,97	R\$ 1.811.410,41	1,32%	
05.01	SEINFRA	C2524	TRANSFORMADOR P/CABINE PRIMÁRIA 500KVA-15KV	UN	14	R\$ 66.500,56	R\$ 931.007,84	R\$ 156.316,22	R\$ 1.087.324,06	0,79%	C
05.02	SEINFRA	C2000	POSTE C/ACESSÓRIOS ATÉ A ENTRADA DA SUBESTAÇÃO ABRIGADA	UN	14	R\$ 13.982,13	R\$ 195.749,82	R\$ 32.866,39	R\$ 228.616,21	0,17%	C
05.03	SEINFRA	I0547	CHAVE FACA 3X200A CLASSE 15KV	UN	14	R\$ 970,31	R\$ 13.584,34	R\$ 2.280,81	R\$ 15.865,15	0,01%	C
05.04	SEINFRA	C0378	BASE DE FUSÍVEL TIPO 'NH' 3 ATÉ 630A EM QUADRO DE FORÇA	UN	14	R\$ 278,95	R\$ 3.905,30	R\$ 655,70	R\$ 4.561,00	0,00%	C
05.05	SEINFRA	C4059	TRANSFORMADOR DE CORRENTE 15 KV - INSTALADO	UN	42	R\$ 1.289,99	R\$ 54.179,58	R\$ 9.096,75	R\$ 63.276,33	0,05%	C
05.06	SEINFRA	C0832	TRANSFORMADOR DE POTENCIAL 115 VAC 400 VA	UN	42	R\$ 1.197,90	R\$ 50.311,80	R\$ 8.447,35	R\$ 58.759,15	0,04%	C
05.07	SINAPI	43093	CAIXA DE DERIVAÇÃO PARA MEDIDOR DE ENERGIA, COM BARRAMENTO POLIFÁSICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLÁSTICO - MÓDULO (PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL)	UN	14	R\$ 273,92	R\$ 3.834,88	R\$ 643,88	R\$ 4.478,76	0,00%	C
05.08	SINAPI	3394	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO BUCHA, PARA TENSÃO DE *15* KV	UN	14	R\$ 416,65	R\$ 5.833,10	R\$ 979,38	R\$ 6.812,48	0,00%	C
5,09	SEINFRA	I1271	ISOLADOR PORCELANA TIPO PEDESTAL CLASSE 15KV	UN	84	R\$ 90,73	R\$ 7.621,32	R\$ 1.279,62	R\$ 8.900,94	0,01%	C
05.10	SEINFRA	I2076	TERMINAL PRESSÃO P/CABO 35MM2	UN	84	R\$ 6,36	R\$ 534,24	R\$ 89,70	R\$ 623,94	0,00%	C
05.12	SEINFRA	I0192	BARRAMENTO DE COBRE 3/8"	M	210	R\$ 48,64	R\$ 10.214,40	R\$ 1.715,00	R\$ 11.929,40	0,01%	C
05.13	SEINFRA	C0325	ATERRAMENTO COMPLETO C/HASTE COPPERWELD 3/4" X 3.0M	UN	168	R\$ 375,06	R\$ 63.010,08	R\$ 10.579,39	R\$ 73.589,47	0,05%	C
05.14	SEINFRA	I8178	CABO DE COBRE NÚ, TEMPERA MEIO DURA, SEÇÃO 50mm², FORMAÇÃO 7 FIOS	KM	1	R\$ 19.820,60	R\$ 19.820,60	R\$ 3.327,88	R\$ 23.148,48	0,02%	C
05.15	SINAPI	10890	EXTINTOR DE INCENDIO PORTATIL COM CARGA DE PO	UN	14	R\$ 332,30	R\$ 4.652,20	R\$ 781,10	R\$ 5.433,30	0,00%	C

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

			QUIMICO SECO (PQS) DE 12 KG, CLASSE BC								
05.16	SINAPI	2644	LUVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 40 MM (1 1/2")	UN	84	R\$ 4,48	R\$ 376,32	R\$ 63,18	R\$ 439,50	0,00%	C
05.17	SINAPI	89480	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X29 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 14 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO. AF_10/2022	M2	672	R\$ 143,19	R\$ 96.223,68	R\$ 16.155,96	R\$ 112.379,64	0,08%	C
05.18	SINAPI	103913	EXECUÇÃO DE PISO INDUSTRIAL DE CONCRETO ARMADO, FCK = 20 MPA, ESPESSURA DE 12,0 CM. AF_04/2022	M2	168	R\$ 116,37	R\$ 19.550,16	R\$ 3.282,47	R\$ 22.832,63	0,02%	C
05.19	SEINFRA	C4453	LAJE PRÉ-FABRICADA TRELIÇADA P/ PISO - VÃO DE 3,81 A 4,80 m	M2	168	R\$ 176,96	R\$ 29.729,28	R\$ 4.991,55	R\$ 34.720,83	0,03%	C
05.20	SINAPI	91015	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO, 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, ITENS INCLUSOS: DOBRADIÇAS, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO BATENTE, SEM FECHADURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	14	R\$ 1.007,75	R\$ 14.108,50	R\$ 3.857,26	R\$ 17.965,76	0,01%	C
05.21	SINAPI	94562	JANELA DE AÇO DE CORRER COM 4 FOLHAS PARA VIDRO, COM BATENTE, FERRAGENS E PINTURA ANTICORROSIVA. EXCLUSIVE VIDROS, ALIZAR E CONTRAMARCO. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	M2	28	R\$ 665,38	R\$ 18.630,64	R\$ 5.093,62	R\$ 23.724,26	0,02%	C
5,22	SINAPI	36147	LUVA DE BORRACHA ISOLANTE PARA ALTA TENSÃO, RESISTENTE A OZONIO, TENSÃO DE ENSAIO 2,5 KV (PAR)	PAR	14	R\$ 368,74	R\$ 5.162,36	R\$ 866,76	R\$ 6.029,12	0,00%	C
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VLR UNIT	TOTAL (S/ BDI)	VLR BDI	TOTAL (C/ BDI)	PESO	ABC
6	CONSTRUÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA						R\$ 1.830.669,70	R\$ 500.505,09	R\$ 2.331.174,79	1,70%	
06.01	PRÓPRIO	CPU001	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T1, PADRÃO	UN	200	R\$ 3.520,56	R\$ 704.112,00	R\$ 192.504,22	R\$ 896.616,22	0,65%	C

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

			CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 0 KVA ATÉ 25KVA, TRIFÁSICO 127/220v, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS								
06.02	PRÓPRIO	CPU002	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T2, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 25,1 KVA ATÉ 38KVA, TRIFÁSICO 127/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	30	R\$ 4.061,58	R\$ 121.847,40	R\$ 33.313,08	R\$ 155.160,48	0,11%	C
06.03	PRÓPRIO	CPU003	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T4, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 47,7KVA ATÉ 75KVA, TRIFÁSICO 127/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	30	R\$ 6.500,17	R\$ 195.005,10	R\$ 53.314,39	R\$ 248.319,49	0,18%	C
06.04	PRÓPRIO	CPU004	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T5, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 0 KVA ATÉ 32KVA, TRIFÁSICO 380/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UN	200	R\$ 3.338,21	R\$ 667.642,00	R\$ 182.533,32	R\$ 850.175,32	0,62%	C
06.05	PRÓPRIO	CPU005	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T8, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 52,8 KVA ATÉ 75KVA, TRIFÁSICO 380/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR,	UN	30	R\$ 4.735,44	R\$ 142.063,20	R\$ 38.840,08	R\$ 180.903,28	0,13%	C



Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

		DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS							
TOTAL GERAL (R\$)						R\$ 117.019.519,16	R\$ 20.151.478,53	R\$ 137.170.997,69	R\$ 1,00
								Total sem BDI	117.019.519,16
								Total do BDI	20.151.478,53
								Total Geral	137.170.997,69

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
 CNPJ: 10.355.504/0001-88

Apêndice (F) – Composição de Custos Auxiliares

FONTE	CÓDIGO*	DESCRIÇÃO*	UND*	VLR UNIT	COEF / QTD	VLR TOTAL
	CPU 001	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T1, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 0 KVA ATÉ 25KVA, TRIFÁSICO 127/220v, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	UND			3.520,56
SINAPI	1062	1062 - SINAPI (I): CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE ACO 18 USG (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	252,18	1,00	252,18
SINAPI	1094	1094 - SINAPI (I): ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR	UN	32,66	1,00	32,66
SINAPI	3398	3398 - SINAPI (I): ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSÃO	UN	4,84	1,00	4,84
SINAPI	4346	4346 - SINAPI (I): PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	11,24	3,00	33,72
SINAPI	11267	11267 - SINAPI (I): ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	UN	1,35	2,00	2,70
SINAPI	11864	11864 - SINAPI (I): CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UN	27,56	1,00	27,56
SINAPI	5059	5059 - SINAPI (I): POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO CIRCULAR, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO C-17	UN	1.327,20	1,00	1.327,20
SINAPI	14153	14153 - SINAPI (I): FITA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF	UN	86,69	0,60	52,01
SINAPI	34643	34643 - SINAPI (I): CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM	UN	34,65	1,00	34,65
SINAPI	39996	39996 - SINAPI (I): VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4 " (6,3 MM)	M	3,79	0,17	0,63
SINAPI	39997	39997 - SINAPI (I): PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	0,33	2,00	0,66
SINAPI	87367	87367 - SINAPI (C): ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	767,63	0,04	30,70
SINAPI	88247	88247 - SINAPI (C): AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,39	0,32	7,88
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	2,91	95,13
SINAPI	91876	91873 - SINAPI (C): ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	22,04	6,05	133,34
SINAPI	91886	91886 - SINAPI (C): LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	16,30	1,00	16,30
SINAPI	91920	91920 - SINAPI (C): CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"),	UN	25,16	1,00	25,16

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

		PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023				
SINAPI	91922	91922 - SINAPI (C): CURVA 180 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	27,13	1,00	27,13
SINAPI	92984	92984 - SINAPI (C): CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	24,69	22,20	548,11
SINAPI	101894	101894 - SINAPI (C): DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	155,76	1,00	155,76
SINAPI	9677	9677 - SINAPI (C): CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	50,07	1,95	97,63
SINAPI	96986	96986 - SINAPI (C): HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	142,54	1,00	142,54
SINAPI	100578	100578 - SINAPI (C): ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	472,07	1,00	472,07
	CPU 002	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T2, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 25,1 KVA ATÉ 38KVA, TRIFÁSICO 127/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS				4.061,58
SINAPI	1062	1062 - SINAPI (I): CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE ACO 18 USG (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	252,18	1,00	252,18
SINAPI	1094	1094 - SINAPI (I): ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR	UN	32,66	1,00	32,66
SINAPI	3398	3398 - SINAPI (I): ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSÃO	UN	4,84	1,00	4,84
SINAPI	4346	4346 - SINAPI (I): PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	11,24	3,00	33,72
SINAPI	11267	11267 - SINAPI (I): ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	UN	1,35	2,00	2,70
SINAPI	11864	11864 - SINAPI (I): CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UN	27,56	1,00	27,56
SINAPI	5059	5059 - SINAPI (I): POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO CIRCULAR, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO C-17	UN	1.327,20	1,00	1.327,20
SINAPI	14153	14153 - SINAPI (I): FTTA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF	UN	86,69	0,60	52,01

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

SINAPI	34643	34643 - SINAPI (I): CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM	UN	34,65	1,00	34,65
SINAPI	39996	39996 - SINAPI (I): VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4 " (6,3 MM)	M	3,79	0,17	0,63
SINAPI	39997	39997 - SINAPI (I): PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	0,33	2	0,66
SINAPI	87367	87367 - SINAPI (C): ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	767,63	0	30,70
SINAPI	88247	88247 - SINAPI (C): AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,39	0	7,88
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	3	95,13
SINAPI	91876	91873 - SINAPI (C): ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	22,04	6	133,34
SINAPI	91886	91886 - SINAPI (C): LUVAS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	16,30	1	16,30
SINAPI	91920	91920 - SINAPI (C): CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	25,16	1	25,16
SINAPI	91922	91922 - SINAPI (C): CURVA 180 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	27,13	1	27,13
SINAPI	92984	92988 - SINAPI (C): CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	49,06	22	1.089,13
SINAPI	101894	101894 - SINAPI (C): DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	155,76	1	155,76
SINAPI	9677	96977 - SINAPI (C): CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	50,07	2	97,63
SINAPI	96986	96986 - SINAPI (C): HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	142,54	1	142,54
SINAPI	100578	100578 - SINAPI (C): ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	472,07	1	472,07

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

	CPU 003	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T4, PADRÃO CONCESSIONÁRIA, CARGA INSTALADA DE 47,7KVA ATÉ 75KVA, TRIFÁSICO 127/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS				6500,17
SINAPI	1062	1062 - SINAPI (I): CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE ACO 18 USG (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	252,18	1	252,18
SINAPI	1094	1094 - SINAPI (I): ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR	UN	32,66	1	32,66
SINAPI	3398	3398 - SINAPI (I): ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSÃO	UN	4,84	1	4,84
SINAPI	4346	4346 - SINAPI (I): PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	11,24	3	33,72
SINAPI	11267	11267 - SINAPI (I): ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	UN	1,35	2	2,70
SINAPI	11864	11864 - SINAPI (I): CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UN	27,56	1	27,56
SINAPI	5059	5059 - SINAPI (I): POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO CIRCULAR, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO C-17	UN	1.327,20	1	1.327,20
SINAPI	14153	14153 - SINAPI (I): FITA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF	UN	86,69	1	52,01
SINAPI	34643	34643 - SINAPI (I): CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM	UN	34,65	1	34,65
SINAPI	39996	39996 - SINAPI (I): VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4 " (6,3 MM)	M	3,79	0	0,63
SINAPI	39997	39997 - SINAPI (I): PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	0,33	2	0,66
SINAPI	87367	87367 - SINAPI (C): ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	767,63	0	30,70
SINAPI	88247	88247 - SINAPI (C): AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,39	0	7,88
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	3	95,13
SINAPI	91876	93009 - SINAPI (C): ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	25,92	6	156,81

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

SINAPI	91886	93014 - SINAPI (C): LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	19,45	1	19,45
SINAPI	91920	93020 - SINAPI (C): CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 60 MM (2"), PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	UN	30,59	1	30,59
SINAPI	91922	39277 - SINAPI (I): CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UN	15,33	1	15,33
SINAPI	92984	92996 - SINAPI (C): CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 150 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	137,32	22	3.048,50
SINAPI	101894	101896 - SINAPI (C): DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR, CORRENTE NOMINAL DE 200A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	614,73	1	614,73
SINAPI	9677	96977 - SINAPI (C): CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	50,07	2	97,63
SINAPI	96986	96986 - SINAPI (C): HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	142,54	1	142,54
SINAPI	100578	100578 - SINAPI (C): ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	472,07	1	472,07
	CPU 004	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T5, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 0 KVA ATÉ 32KVA, TRIFÁSICO 380/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS				3338,21
SINAPI	101510	101510 - SINAPI (C): ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE EMBUTIR, CABO DE 16 MM² E DISJUNTOR DIN 50A (NÃO INCLUSO O POSTE DE CONCRETO). AF_07/2020_PS	UN	2.011,01	1	2.011,01
SINAPI	5059	5059 - SINAPI (I): POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO CIRCULAR, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO C-17	UN	1.327,20	1	1.327,20
	CPU 005	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO T8, PADRÃO CONCESSIONARIA, CARGA INSTALADA DE 52,8 KVA ATÉ 75KVA, TRIFÁSICO 380/220V, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS				4735,44
SINAPI	1062	1062 - SINAPI (I): CAIXA INTERNA/EXTERNA DE MEDICAO PARA 1 MEDIDOR TRIFASICO, COM VISOR, EM CHAPA DE ACO 18 USG (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	252,18	1	252,18
SINAPI	1094	1094 - SINAPI (I): ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR	UN	32,66	1	32,66

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

SINAPI	3398	3398 - SINAPI (I): ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO	UN	4,84	1	4,84
SINAPI	4346	4346 - SINAPI (I): PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	11,24	3	33,72
SINAPI	11267	11267 - SINAPI (I): ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	UN	1,35	2	2,70
SINAPI	11864	11864 - SINAPI (I): CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UN	27,56	1	27,56
SINAPI	5059	5059 - SINAPI (I): POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO CIRCULAR, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 300 A 400 DAN, TIPO C-17	UN	1.327,20	1	1.327,20
SINAPI	14153	14153 - SINAPI (I): FITA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF	UN	86,69	1	52,01
SINAPI	34643	34643 - SINAPI (I): CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM	UN	34,65	1	34,65
SINAPI	39996	39996 - SINAPI (I): VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4 " (6,3 MM)	M	3,79	0	0,63
SINAPI	39997	39997 - SINAPI (I): PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	0,33	2	0,66
SINAPI	87367	87367 - SINAPI (C): ARGAMASSA TRAÇO 1:1:6 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	767,63	0	30,70
SINAPI	88247	88247 - SINAPI (C): AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,39	0	7,88
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	3	95,13
SINAPI	91876	91873 - SINAPI (C): ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	22,04	6	133,34
SINAPI	91886	91886 - SINAPI (C): LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	16,30	1	16,30
SINAPI	91920	91920 - SINAPI (C): CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	25,16	1	25,16
SINAPI	91922	91922 - SINAPI (C): CURVA 180 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	27,13	1	27,13

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

SINAPI	92984	92990 - SINAPI (C): CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 70 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	67,75	22	1.504,05
SINAPI	101894	101895 - SINAPI (C): DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 125A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	414,70	1	414,70
SINAPI	9677	96977 - SINAPI (C): CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	M	50,07	2	97,63
SINAPI	96986	96986 - SINAPI (C): HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 3/4", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	142,54	1	142,54
SINAPI	100578	100578 - SINAPI (C): ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	UN	472,07	1	472,07
	CPU 006	00001 - PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 10 kW, MÓDULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				42.266,27
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO DE FREQUENCIA 10KW	UND	6.799,00	1	6.799,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	6	137,40
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	22	18.084,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	M	7,90	100	790,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	M	7,90	100	790,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	22	5.159,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	22	3.071,64
SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	22	870,32
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	22	1.000,78
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	22	970,42
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	66	3.450,48
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	11	164,56
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	11	359,59
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	11	354,97
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	11	264,11

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

	CPU 007	00002 - PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 15 kW, MÓDULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W_p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM NO MÍNIMO 25KWH DE ARMAZENAMENTO EM BATERIA DE LÍTIO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				113.422,09
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO 15KW	UND	11.500,00	1	11.500,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	8	183,20
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	34	27.948,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	UND	7,90	100	790,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	UND	7,90	100	790,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	34	7.973,00
PRÓPRIA		SISTEMA DE ARMAZENAMENTO	UND	48.000,00	1	48.000,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	34	4.747,08
SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	34	1.345,04
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	34	1.546,66
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	34	1.499,74
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	102	5.332,56
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	17	254,32
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	17	555,73
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	17	548,59
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	17	408,17
	CPU 008	00003 - PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 30 kW, MÓDULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W_p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				117.864,41
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO 30KW	UND	11.600,00	1	11.600,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	12	274,80
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	66	54.252,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	UND	7,90	300	2.370,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	UND	7,90	300	2.370,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	66	15.477,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	66	9.214,92

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
 CNPJ: 10.355.504/0001-88

SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	66	2.610,96
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	66	3.002,34
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	66	2.911,26
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	198	10.351,44
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	33	493,68
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	33	1.078,77
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	33	1.064,91
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	33	792,33
	CPU 009	00004 - PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 50 kW, MODULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				187.876,35
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO 50KW	UND	13.700,00	1	13.700,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	30	687,00
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	110	90.420,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	UND	7,90	300	2.370,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	UND	7,90	300	2.370,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	110	25.795,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	110	15.358,20
SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	110	4.351,60
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	110	5.003,90
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	110	4.852,10
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	330	17.252,40
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	55	822,80
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	55	1.797,95
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	55	1.774,85
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	55	1.320,55

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

	CPU 010	00005 - PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 50 kW, MÓDULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W_p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, COM BANCO DE BATERIAS COM 100KWH MÍNIMO DE ARMAZENAMENTO, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				500.176,35
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO HÍBRIDO 50KW	UND	56.000,00	1	56.000,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	30	687,00
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	110	90.420,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	UND	7,90	300	2.370,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	UND	7,90	300	2.370,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	110	25.795,00
PRÓPRIA		SISTEMA DE ARMAZENAMENTO	UND	270.000,00	1	270.000,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	110	15.358,20
SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	110	4.351,60
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	110	5.003,90
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	110	4.852,10
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	330	17.252,40
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	55	822,80
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	55	1.797,95
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	55	1.774,85
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	55	1.320,55
	CPU 011	00006 - PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 100 kW, MÓDULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 W_p COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				385.214,70
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO 100KW	UND	31.000,00	1	31.000,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	40	916,00
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	220	180.840,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	UND	7,90	1.000	7.900,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	UND	7,90	1.000	7.900,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	220	51.590,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	220	30.716,40

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	220	8.703,20
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	220	10.007,80
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	220	9.704,20
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	660	34.504,80
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	110	1.645,60
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	110	3.595,90
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	110	3.549,70
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	110	2.641,10
	CPU 012	00007 - PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO HÍDRIBO, COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 100 kW, MÓDULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, BANCO DE BATERIA (BESS) DE 340KWH, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				1.061.214,70
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO HÍDRIBO 100KW	UND	122.000,00	1	122.000,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	40	916,00
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	220	180.840,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	UND	7,90	1.000	7.900,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	UND	7,90	1.000	7.900,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	220	51.590,00
PRÓPRIA		SISTEMA DE ARMAZENAMENTO	UND	585.000,00	1	585.000,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	220	30.716,40
SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	220	8.703,20
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	220	10.007,80
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	220	9.704,20
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	660	34.504,80
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	110	1.645,60
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	110	3.595,90
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	110	3.549,70
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	110	2.641,10

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul

CNPJ: 10.355.504/0001-88

	CPU 013	00008- PRÓPRIO (C): SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA TOTAL NOMINAL MÍNIMA DOS INVERSORES EM 500 kW, MÓDULOS FOTOVOLTAICO COM POTÊNCIA UNITÁRIA MÍNIMO DE 555 Wp COM DIMENSIONAMENTO TOTAL MÍNIMO DE 30% ACIMA DA POTÊNCIA TOTAL DOS INVERSORES, DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS E CONFORME OS DETALHAMENTOS DA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.				1.935.679,20
PRÓPRIA		INVERSOR SOLAR FOTOVOLTAICO DE FREQUENCIA 125KW	UND	34.500,00	4,00000	138.000,00
PRÓPRIA		CONECTOR MC4	UND	22,90	160	3.664,00
PRÓPRIA		PAINEL SOLAR	UND	822,00	1.120	920.640,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR PRETO 6MM	UND	7,90	4.800	37.920,00
PRÓPRIA		CABO SOLAR VERMELHO 6MM	UND	7,90	4.800	37.920,00
PRÓPRIA		ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	UND	234,50	1.120	262.640,00
SINAPI	90779	90779 - SINAPI (C): ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139,62	1.120	156.374,40
SINAPI	88266	88266 - SINAPI (C): ELETROTÉCNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	39,56	1.120	44.307,20
SINAPI	100309	100309 - SINAPI (C): TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	45,49	1.120	50.948,80
SINAPI	88255	88255 - SINAPI (C): AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	44,11	1.120	49.403,20
SINAPI	88279	88279 - SINAPI (C): MONTADOR ELETROMECAÂNICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	52,28	3.360	175.660,80
SINAPI	247	247 - SINAPI (I): AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	H	14,96	560	8.377,60
SINAPI	88264	88264 - SINAPI (C): ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,69	560	18.306,40
SINAPI	88309	88309 - SINAPI (C): PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	32,27	560	18.071,20
SINAPI	88242	88242 - SINAPI (C): AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24,01	560	13.445,60

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88

Apêndice (G) - Matriz de Risco

A matriz de riscos tem por objetivo delimitar as responsabilidades do Contratante e do Contratado na execução do Contrato.

Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições desta matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

A Contratada apenas fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de materialização de risco que não lhe tenha sido atribuído.

Verificando a ocorrência de evento que, atribuído ao Contratante, impacte no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a Contratada deverá apresentar requerimento por escrito, instruído com a documentação que entender necessária, trazendo memória de cálculo do impacto financeiro do evento em sua proposta.

Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

RISCO	ALOCÇÃO	DIREITO AO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL
Troca parcial de equipamentos	Contratado	Não
Inadequação técnica dos equipamentos substituídos	Contratado	Não
Ineficiência ou falha de projeto	Contratado	Não
Má utilização dos equipamentos	Contratado	Não
Defeito na instalação dos equipamentos	Contratado	Não
Ampliação, reforma ou desativação de instalações de novos prédios, adicionando ou retirando equipamentos, expansão.	Contratante	Sim
Vandalismo	Contratante	Sim
Modificação das especificações de serviço	Contratante	Sim
Caso fortuito ou força maior	Contratante	Sim

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88**Apêndice (H) – Modelo de Proposta Comercial**

Ao _____

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2024.

Apresentamos a V. Senhoria nossa proposta de preços, detalhada na tabela abaixo, para fornecimento do objeto que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2024**, conforme especificação constante no Edital e seus Apêndices.

Razão Social:	
CNPJ:	
Optante pelo SIMPLES? Sim () Não () <i>(se optante, apresentar declaração correspondente)</i>	
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	Fax:
Banco:	Conta Bancária:
N. da Agência:	
Representante para assinatura do Contrato:	
CPF do Representante:	

GRUPO ÚNICO**(APRESENTAR CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA)**

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1							
2							
3							
4							
5							
TOTAL							R\$

2 - PROPOSTA DE PREÇOS:

2.1. – A presente proposta totaliza um valor global de (valor por extenso), conforme propostas, planilhas e documentos em anexo.

3 – DOS PRAZOS

3.1. - Nossa proposta de preços tem validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da abertura do certame.

3.2. - **Prazo De Execução Dos Serviços:** ____ () dias.

3.3. - **Prazo De Garantia Dos Serviços:** ____ () dias.

3.4. - **Prazo De Garantia Dos Equipamentos:** ____ () dias.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

4 – DECLARAÇÃO

Declaramos que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte e seguro, bem como as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a total execução das obras/serviços, ou quaisquer outros que direta ou indiretamente venham a incidir sobre as mesmas.

Declaramos, ainda, que concordamos com todas as condições do edital e seus apêndices.

OBS: Os valores unitários constam da planilha anexa que integra esta proposta, assim como demais documentos pertinentes, em atendimento ao disposto no Edital.

Cidade _____ de _____ de _____.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
/ ASSINATURA

IMPORTANTE:

Proposta a ser encaminhada conforme Edital, devendo conter todas informações exigidas.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88**EDITAL Nº 0582024**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0582024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0582024**ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL - CIAPRA BAIXO SUL pessoa jurídica de direito público interno da espécie associação pública, de natureza autárquica, integrante da Administração Pública Indireta dos Poderes Executivos dos entes da Federação consorciados, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.355.504/0001-88, com sede no km 386 da BR 101, Serra da Papuã, cidade de Ibirapitanga, estado da Bahia, CEP 45.500-000, doravante denominado CIAPRA, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). Leonardo Barbosa Cardoso, brasileiro, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., Processo Administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITENS	RAZÃO SOCIAL	UND	QTD	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	MENOR PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL - CIAPRA BAIXO SUL pessoa jurídica de direito público interno da espécie associação pública, de natureza autárquica, integrante da Administração Pública Indireta dos Poderes Executivos dos entes da Federação consorciados, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.355.504/0001-88, com sede no km 386 da BR 101, Serra da Papuã, cidade de Ibirapitanga, estado da Bahia, CEP 45.500-000,

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

doravante denominado CIAPRA, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). Leonardo Barbosa Cardoso

3.2. Participam deste Registro de Preços, todos os Entes Consorciados ao CIAPRA Baixo Sul, quais sejam: Prefeitura Municipal de Cairu; Prefeitura Municipal de Camamu; Prefeitura Municipal de Gandu; Prefeitura Municipal de Ibirapitanga; Prefeitura Municipal de Igrapiuna; Prefeitura Municipal de Ituberá; Prefeitura Municipal de Nilo Peçanha; Prefeitura Municipal de Piraí Do Norte; Prefeitura Municipal de Presidente Tancredo Neves; Prefeitura Municipal de Taperoá; Prefeitura Municipal de Teolândia; Prefeitura Municipal de Valença; e Prefeitura Municipal de Wenceslau Guimarães.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.4. **A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

4.1.5. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

5.1. O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.1.1. A contratação do ITEM, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

5.1.2. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE por intermédio da emissão de Ordem de Compra através de sistema do ÓRGÃO GERENCIADOR e de Nota de Empenho ou Autorização de fornecimento a favor do FORNECEDOR, observando-se todas as regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Contrato e edital respectivo, independentemente de transcrição.

5.1.3. Por ocasião da emissão da Nota de Empenho, o ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá exigir do FORNECEDOR a apresentação das Certidões Negativas, bem como a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

5.2. Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de recebimento da Ordem de Compra e Nota de Empenho, que será enviada pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE por meio eletrônico.

5.3. O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado no Empenho ou autorização de fornecimento. Deverá acompanhar a Nota Fiscal, a FICHA TÉCNICA/PROSPECTO do produto entregue para fins de comparabilidade às especificações do edital.

5.4. Os mobiliários escolares e de escritório devem ser novos.

5.5. A garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior àquela contida no edital, e deverá estar igual àquela apresentada e aceita na proposta.

5.6. As Notas Fiscais emitidas pelo FORNECEDOR deverão observar as disposições da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da RFB para fins de retenção de Imposto de Renda pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE à que ela for direcionada.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

I) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

II) Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item II) somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 10.4.1. Por razão de interesse público;
- 10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

ITUBERÁ-BA, de de 2024.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL

Leonardo Barbosa Cardoso

Contratante

.....
Contratada

TESTEMUNHAS:

01 -

Nome

CPF nº

02 -

Nome

CPF nº

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88**Anexo**
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
X	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Un	Prazo garantia ou validade

EDITAL Nº 0582024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0582024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0582024

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2024

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO
MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL –
CIAPRA BAIXO SUL E A EMPRESA
..... NA FORMA ABAIXO:

Contrato que entre si celebram o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL - CIAPRA BAIXO SUL** pessoa jurídica de direito público interno da espécie associação pública, de natureza autárquica, integrante da Administração Pública Indireta dos Poderes Executivos dos entes da Federação consorciados, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.355.504/0001-88, com sede no km 386 da BR 101, Serra da Papuã, cidade de Ibirapitanga, estado da Bahia, CEP 45.500-000, doravante denominado CIAPRA, neste ato representado por seu Presidente, Sr(a). Leonardo Barbosa Cardoso, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 019.544, denominado por **CONTRATANTE** e a empresa, situada à, inscrita no CNPJ sob o nº., inscrição estadual sob o nº. e inscrição municipal sob o nº neste ato representada na forma dos seus Estatutos/Regimento/Contrato Social, pelo(a) Sr(a)., portador(a) de documento de identidade nº., emitido por, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº, vencedora do processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0582024**, originário do **Processo Administrativo nº 0582024**, datado de __/__/2024, doravante denominada apenas de **CONTRATADA**, onde a **CONTRATANTE**, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 0582024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica com fornecimento de material e mão de obra para a elaboração de dimensionamento, projeto básico, projeto executivo de sistema de geração de energia fotovoltaica, com garantia de funcionamento, abrangendo, também, a execução de obras e serviços, instalações de equipamentos e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, conforme especificações descritas neste edital e seus anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Projeto Básico;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3.A Proposta do contratado;

1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE)** meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. MATRIZ DE RISCO:

3.2.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

3.2.1.1. Situação de obra que configure caso fortuito ou de força Maior;

3.2.1.2. Contratante poderá modificar especificações de serviço, ou ampliar escopo, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação;

3.2.1.3. Ampliação, reforma ou desativação de instalações de novos prédios, adicionando ou retirando equipamentos, expansão.

3.2.1.4. Riscos de Atos de vandalismo.

3.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

3.2.2.1. Modificações das especificações do serviço / Projeto;

3.2.2.2. Danos causados a terceiros em decorrência de más decisões durante a execução dos serviços;

3.2.2.3. Troca parcial de equipamentos;

3.2.2.4. Inadequação técnica dos equipamentos substituídos;

3.2.2.5. Ineficiência ou falha de projeto;

3.2.2.6. Má utilização dos equipamentos;

3.2.2.7. Defeito na instalação dos equipamentos;

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.1.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação

4.1.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.1.3. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte; consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte; e consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

4.1.1.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas de pequeno porte subcontratadas.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano e mediante solicitação da contratada, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC (índice Nacional de Preços), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.14. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

- 8.15. Identificar a demanda de instalação e montagem eletromecânica de sistemas de geração de energia por fonte Solar fotovoltaica do Município e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço;
- 8.16. Nomear pessoal da área técnica para recebimento e fiscalização do contrato;
- 8.17. Direito de exercer a fiscalização dos trabalhos, garantindo a correta execução dos serviços e o cumprimento de procedimentos e normas técnicas;
- 8.18. Fornecer os documentos e informações necessárias aos desenvolvimentos dos serviços;
- 8.19. Garantir a contratada a fidelidade das informações e acesso a documentação técnica necessária.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Para a execução de todos os serviços a contratada deverá fornecer todos os materiais, mão de obra qualificada e compatível com o objeto proposto. Todo pessoal deverá estar uniformizado e identificado, além de dispor de todo e qualquer treinamento exigido pelas normas regulamentadoras e ou concessionárias, ferramental e EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e EPCs (Equipamento de Proteção Coletiva) necessários à perfeita execução de qualquer dos serviços;
- 9.2. Fornecer todo equipamento e material necessários para as intervenções a serem realizadas na estrutura existente, em observâncias às regulamentações atinentes aos serviços.
- 9.3. É de responsabilidade da Contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares de segurança e meio ambiente, inerentes à execução dos trabalhos e das condições de segurança, cabendo exclusivamente à Contratada a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados;
- 9.4. É de inteira responsabilidade da Contratada o treinamento, a qualificação e a quantificação dos recursos de mão-de-obra e equipamentos essenciais para execução dos serviços propostos;
- 9.5. Os veículos híbridos deverão conter compartimentos separados para acomodação de ferramentas, equipamentos manuais ou hidráulicos e materiais, além de possuir acomodação da equipe operacional de acordo com as Normas de Trânsito. Deverão portar inclusive sinalização adequada e instalações necessárias aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências contidas neste edital e seus Anexos, ficando sob sua responsabilidade os respectivos dimensionamentos;
- 9.6. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, controle de qualidade, segurança, resistência, durabilidade e funcionalidade, em cumprimento das leis e Normas de segurança e meio ambiente, Normas Regulamentadoras, Normas técnicas Brasileiras, (ABNT/NBR), as normas de distribuição da concessionária local e as solicitações do CIAPRA.
- 9.7. Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização e destinação. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações das ABNT, sob pena de não serem aceitos, devendo a empresa fornecer e instalá-los sem ônus algum para o CIAPRA e municípios;
- 9.8. Garantir o acesso de veículos às garagens e pedestres às residências quando da execução de obras que possam afetar tal deslocamento.

- 9.9. É obrigação da contratada o cumprimento integral de todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente;
- 9.10. Assumir, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CIAPRA e aos Municípios ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços e obras contratadas, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- 9.11. Dentre os trabalhos de administração do contrato, a Contratada deverá manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações do CIAPRA;
- 9.12. Arcar com todos os tributos que incidirem sobre o contrato ou atividades que constituem seu objeto, que deverão ser pagos regularmente e exclusivamente pela contratada. Competirá, igualmente, à contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada;
- 9.13. Competirá, igualmente, à contratada, exclusivamente, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela Legislação Trabalhista e de Previdência Social pertinente ao pessoal contratado para a execução dos serviços e obras, todos regularmente matriculados na empresa com a Carteira de Trabalho Profissional devidamente assinada.
- 9.14. Cumprir integralmente todas as normativas legais relativas a proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância, inclusive quando se tratar de podas de árvores que necessitem do parecer do órgão ambiental pertinente.
- 9.15. Dispor de todo e qualquer material, peça ou equipamento necessário à consecução do objeto.
- 9.16. Resguardar o CIAPRA contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.
- 9.17. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.
- 9.18. Garantir a posse de todos os equipamentos, materiais, veículos e pessoal indicados no Projeto Básico deste procedimento.
- 9.19. Fornecer ao Setor competente do município, um planejamento detalhado da execução dos serviços.
- 9.20. Manter contato direto com os Municípios consorciados, fornecendo quaisquer informações solicitadas.
- 9.21. Responsabilizar-se pelos materiais a serem empregados e todos os custos de sua aquisição, transporte, armazenamento e utilização, bem como a contratação da mão-de-obra necessária à prestação de todos os serviços.

- 9.22. Os materiais deverão obedecer às especificações contidas nas normas técnicas do setor, podendo o Setor competente do município realizar vistoria antes da utilização dos mesmos no emprego dos serviços a serem desenvolvidos.
- 9.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.24. Prestar garantia do contrato, a critério e mediante solicitação do CIAPRA, nos termos do art. 98 da Lei 14.133/2021, em percentual de 5% (cinco) por cento do valor do contrato.
- 9.25. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, desde que dentro do prazo de garantia;
- 9.26. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.27. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 9.29. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.30. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.31. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 9.33. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.34. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 9.35. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.36. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 9.37. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.38. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 134 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.39. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.40. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.41. A participação neste certame importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como às estabelecidas nas neste Projeto Básico e na minuta do contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total de cada contrato firmado com os Entes participantes.

11.1.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

11.1.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a. Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- b. Acompanhar a execução do contrato principal.
- c. Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- d. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.

11.1.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

11.1.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

11.1.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

- a. Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.
- b. Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.
- 11.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 11.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.14. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

11.15. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo SulCNPJ: 10.355.504/0001-88

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual do Ente, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA/ NATUREZA DA DESPESA

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituberá, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

ITUBERÁ-BA, de de 2024.

Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul
CNPJ: 10.355.504/0001-88

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MOSAICO DAS APAS DO BAIXO SUL
Leonardo Barbosa Cardoso
Contratante

.....
Contratada

TESTEMUNHAS:

01 -
Nome
CPF nº

02 -
Nome
CPF nº

EDITAL Nº 0582024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0582024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0582024

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
(Em papel timbrado da licitante)

....., inscrito no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº
DECLARA:

- 1º) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos; bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 2º) Atende plenamente ao que dispõe o Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, atestando que não possuem em seu quadro, funcionários menores de 18 anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não possui nenhum funcionário menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- 3º) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4º) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 5º) Sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Eletrônico nº / , objeto do Processo nº / , para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;
- 6º) Estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital de Pregão Eletrônico nº / , ensejará aplicação de penalidade à Declarante.

Cidade/estado, ____ de _____ de 2024.